CNESPA 2025

ANAIS

do I Congresso Nacional dos Estudos em Subjetividade, Política e Arte

Estudos ético-políticos sobre as vozes que falam por nós e os corpos que se movem em meio ao manifesto da existência.

Fernando da Silva Mancebo
Richard Silva dos Santos
Victória Rosa da Silva
Waldenilson Ramos Teixeira

REALCONHECER

CNESPA 2025

ANAIS

do I Congresso Nacional dos Estudos em Subjetividade, Política e Arte

Estudos ético-políticos sobre as vozes que falam por nós e os corpos que se movem em meio ao manifesto da existência.

Fernando da Silva Mancebo
Richard Silva dos Santos
Victória Rosa da Silva
Waldenilson Ramos Teixeira

REALCONHECER

© 2025 – Editora Real Conhecer

editora.realconhecer.com.br
realconhecer@gmail.com

Organizadores
Fernando da Silva Mancebo
Richard Silva dos Santos
Victória Rosa Silva
Waldenilson Teixeira Ramos

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira
Capa, Editoração e Arte: Os Organizadores
Revisão: Respectivos autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Anais do I Congresso Nacional dos Estudos em Subjetividade, Política e Arte

M268a / Fernando da Silva Mancebo; Richard Silva dos Santos; Victória Rosa Silva; Waldenilson Teixeira Ramos (organizadores). – Formiga (MG): Editora Real Conhecer, 2025. 112 p. : il.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-83668-03-5
DOI: 10.5281/zenodo.16280650

1. Anais. 2. Congresso Nacional dos Estudos em Subjetividade, Política e Arte. I. Mancebo, Fernando da Silva. II. Santos, Richard Silva dos. III. Silva, Victória Rosa. IV. Ramos, Waldenilson Teixeira. V. Título.

CDD: 302.072
CDU: 301

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.
Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Real Conhecer
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
editora.realconhecer.com.br
realconhecer@gmail.com
Formiga — MG
Catálogo Geral: https://editoras.grupomultiatual.com.br/

Acesse a obra originalmente publicada em:
https://editora.realconhecer.com.br/2025/07/anais-do-i-congresso-nacional-dos.html

ANAIS DO I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

ANAIS DO I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

Organizadores:
Fernando da Silva Mancebo
Richard Silva dos Santos
Victória Rosa Silva
Waldenilson Teixeira Ramos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	**11**
A PRIVAÇÃO AFETIVA NA PRIMEIRA INFÂNCIA DE CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS E SUAS IMPLICAÇÕES	**12**
EXCLUSÃO E VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NO BRASIL: PERMANÊNCIAS HISTÓRICAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	**17**
A INVISIBILIDADE DO ESPECTRO ASSEXUAL EM INTERFACE COM O DISCURSO ALONORMATIVO	**22**
REVELANDO A "FACE OCULTA" DA PACIFICAÇÃO: JORNALISMO CONTRA-HEGEMÔNICO ANTE A BARBÁRIE DAS UPP'S	**27**
PLURIVERSALIDADE EPISTÊMICA NO CINEMA NEGRO: UMA ANÁLISE DO FILME ESSA TERRA É MEU QUILOMBO, DE RAYANE PENHA	**29**
FAMÍLIA, SOCIEDADE E SISTEMA PRISIONAL: A REALIDADE FEMININA	**34**
TRANSFAKE: COMO SUA PRÁTICA PODE AFETAR A VISIBILIDADE TRANS E A EFETIVAÇÃO DE SEUS DIREITOS	**35**
O DESENCADEAMENTO DA DEPRESSÃO ANACLÍTICA PELO PRISMA LACANIANO	**40**
A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA COMO UM CAMINHO PROFÍCUO PARA A (RE)SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO	**46**
GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E MASCULINISMO: UMA EXPERIÊNCIA NA RESIDÊNCIA EM PSICOLOGIA JURÍDICA	**52**
SUJEITOS NÃO HUMANOS: AS PERSPECTIVAS DO VEGETAL E DO ANIMAL EM MINICONTOS DE OSWALDO FRANÇA JÚNIOR	**53**
ECOVILAS E FORMAÇÃO DE SUBJETIVIDADES: ESTUDO DE CASO A PARTIR DE LIVES DO GRUPO NAMASTEAM	**54**
GÊNERO, LITERATURA E RESISTÊNCIA: "É ASSIM QUE ACABA" E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES NO BRASIL	**59**
A HETEROSSEXUALIDADE COMPULSÓRIA COMO SISTEMA DE OCULTAMENTO DA VISIBILIDADE LÉSBICA	**61**

REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA: UM OLHAR SOBRE OS AVANÇOS E DESAFIOS DAS ESTRATÉGIAS DE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO	**66**
MÍDIA, CONTROLE SOCIAL E NECROPOLÍTICA: APONTAMENTOS SOBRE A ESPETACULARIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA URBANA	**72**
PROIBIÇÃO AO RETROCESSO: ANÁLISE DO PROJETO DE LEI 5167/09 E SEUS IMPACTOS SOBRE OS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ NO BRASIL	**73**
RETRATAR, REINICIAR E RETERRITORIALIZAR: DESCOLONIZANDO PELO AFETO A EXPERIÊNCIA DIGITAL ALGORITMICAMENTE CONFIGURADA	**75**
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA: HISTÓRIA E PERSPECTIVAS FUTURAS	**80**
STELLA DO PATROCÍNIO E O FALATÓRIO: CAMINHOS E FUGAS ENTRE ARTE E LOUCURA	**82**
PRODUÇÃO DE SENTIDOS DA ARTE SURDA: O DESENHO E O DISCURSO NA OBRA DE NANCY ROURKE	**84**
DESAFIOS PARA O ACOLHIMENTO NOTURNO EM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL TIPO III EM REGIÃO METROPOLITANA	**89**
ÀS MARGENS DA VULNERABILIDADE: UMA LEITURA PSICANALÍTICA DA INFÂNCIA EM RISCO A PARTIR DO FILME ‘PIXOTE’	**95**
A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE INFÂNCIA AO LONGO DO TEMPO: DA IDADE MÉDIA À ATUALIDADE	**101**
A PATOLOGIZAÇÃO E MEDICALIZAÇÃO DA INFÂNCIA COMO FERRAMENTA DE CONTROLE DA SINGULARIDADE NAS ESCOLAS	**105**
ALTERAÇÕES DA SENSOPERCEPÇÃO E SAÚDE MENTAL: O FENÔMENO DAS ALUCINAÇÕES	**107**
OS CAMINHOS ENTRE O COLONIAL E O CONTRACOLONIAL A PARTIR DA PSICOLOGIA: LIMITES E POSSIBILIDADES	**111**

CONSELHO EDITORIAL

Carla Jeucken
Psicanalista. Doutoranda, mestre em Psicologia (Linha: Clínica e Subjetividade) e Psicóloga (CRP 05/45952) pela Universidade Federal Fluminense (UFF).
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8741604992889511

Cleuber Iguape Abidu Figueiredo
Mestrando em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/PPGDH). Pós-graduado em Direito Homoafetivo e Gênero pela Faculeste (2022). Bacharel em Direito pela Universidade Cândido Mendes (2017).
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6374947145861261

Dayane Lopes de Medeiros
Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos na UFPE (PPGDH/PE) 2024.Graduada em PEDAGOGIA (LICENCIATURA) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte — Lotação Centro de Ensino Superior do Seridó (UFRN/CERES) em 2023.
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/0220441976820803

Ingrid Harmony Cabral Da Silva
Advogada, inscrita na OAB/PE. Mestranda em Direitos Humanos pela UFPE (PPGDH/UFPE). Pós- graduada em: Direito Penal e Processo Penal; Violência contra a Mulher. Graduada em Direito, pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8576615917702332

Julia Bardi
Graduada no Bacharelado em Ciências Sociais pela PUC Minas e na Licenciatura em Pedagogia pela Uninove. Mestra em Educação pela Unicamp, na linha Linguagem e Arte em Educação.
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4929956589397526

Larissa Alves da Silva Aragão
Arqueóloga e Preservadora Patrimonial formada pela Universidade Federal do Vale do São Francisco e, atualmente, mestranda pelo Programa de Pós-graduação de Arqueologia da UNIVASF.
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8383754556271969

Luana Bringel Xavier Neves
Graduada em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense em Niterói. Residente em Psicologia Jurídica, atuando no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5171196218423860

Marilia Martins De Araujo Reis
Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (1997). Doutora e Mestra em Estado e Sociedade (UFSB). Pós-graduada em Gestão de Redes de Atenção à Saúde (FIOCRUZ/ENSP), em Saúde Coletiva (UFSB) e em Saúde Mental, Gestão e Planejamento (em curso).
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6333624577181121

Nailton Negreiros Ribeiro
Bacharel em Arqueologia e Preservação Patrimonial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco — UNIVASF — Campus Serra da Capivara, Piauí. Mestrando em Arqueologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PPArque — UNIVASF).
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2000270998997055

Natanael Vieira
Mestrando em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Licenciado em Letras e suas respectivas Literaturas; especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa, Literatura e Língua Espanhola, Braille e Tecnologia Assistiva pela FAVENI.
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/0043791228761709

Tatiana Avanço Ribeiro
Bacharel em Música com habilitação em Regência pela Unesp (2018) e Mestra em Música pela Unicamp (2023). Ampla formação complementar em balé clássico, dança contemporânea e piano.
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4687604473206481

Witalo Brenno Martins Acioli
Professor Visitante do Centro Universitário Tabosa de Almeida — ASCES UNITA na Pós-graduação em Direito do Trabalho e Previdenciário. Mestrando em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Pós-graduado em Direito e Processo do Trabalho e Direito Previdenciário pelo Centro Universitário Tabosa de Almeida- ASCES UNITA. Graduado em Direito pela ASCES UNITA.
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1087070405365499

Waldenilson Teixeira Ramos
Psicólogo registrado sob o CRP 05/72529, atualmente dedicado ao mestrado em Psicologia, com ênfase na linha de pesquisa Subjetividade, Política e Exclusão Social, pela Universidade Federal Fluminense. Graduou-se em Psicologia pela mesma instituição em 2022.
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2268223482149159

APRESENTAÇÃO

Os trabalhos aqui reunidos são frutos de múltiplos corpos que buscaram compor com o I Congresso Nacional dos Estudos em Subjetividade, Política e Arte, o qual ocorreu nos dias 24 e 25 de maio de 2025. O pressuposto inaugural para a construção desse evento foi o de que a subjetividade nunca existe isoladamente, mas é produzida a partir de processos sociais atravessado pelos regimes de organização e determinação da polis. Apesar disso, apartados de um fatalismo, compreendemos que a vida – enquanto processo ativo de afirmação da existência – persiste mesmo quando pressionada a se adequar a modos homogeneizantes, por meio de uma resistência que se dá pela invenção e pela criação.

Nesse sentido, a articulação teórica e prática do campo da subjetividade, da política e da arte se faz, assim, como uma brecha para que possamos vislumbrar percepções para além daquilo que já está dado – para que possamos pensar e desbravar trilhas que abram espaço para a diferença e para a multiplicidade. Nosso ponto de partida é propriamente, portanto, uma postura ético-política a qual sustentará uma concepção epistemológica atenta aos efeitos que se realizam com a produção dos saberes. A pesquisa aqui não será tomada como mero registro de fatos, mas ainda como intervenção nas condições de possibilidade da experiência.

O acolhimento das construções textuais, por sua vez, buscou concretizar essa perspectiva de transformação social, tornando a palavra o suporte manifesto para a transmissão das ideias, entendendo, ainda, que estas não devem se fazer dissociadas das ações.

Com isso, agradecemos a todos que puderam contribuir para a consolidação do espaço de debate e agora para construção da presente obra a qual servirá como prova do compromisso que nossos pesquisadores nacionais têm com uma vida possível para além das violências estruturais e cotidianas que pintam o cenário de nosso país e do mundo. Seguimos adiante – sempre adiante.

A PRIVAÇÃO AFETIVA NA PRIMEIRA INFÂNCIA DE CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS E SUAS IMPLICAÇÕES

DOI: 10.5281/zenodo.16218942

1. Mahara Hayden Lima Coelho
2. Juliana Goyeneche Sobreira
3. Valéria Beatriz Teles de Souza

1. Centro Universitário Fametro, Manaus, Amazonas, Brasil;
2. Centro Universitário Fametro. Manaus, Amazonas, Brasil;
3. Faculdade Santa Teresa, Manaus, Amazonas, Brasil.

Resumo: A privação afetiva pode ser caracterizada pela falta ou rompimento de vinculações afetivas, o que, quando verificada na primeira infância, provoca efeitos devastadores no desenvolvimento social, psíquico, cognitivo e emocional da criança. O objetivo foi analisar de que forma a ausência de suporte socioemocional nas instituições de acolhimento contribui para o agravamento do sofrimento psíquico de crianças institucionalizadas, especialmente aquelas que se encontram na primeira infância. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório-descritivo, com abordagem qualitativa, baseada em análise de conteúdo de artigos selecionados nas bases BVS e SciELO publicados entre 2020 e 2025. Os resultados evidenciaram que a ausência de vínculos afetivos, reforçada pela priorização de cuidados físicos e pela sobrecarga dos profissionais, precariza o suporte emocional, aumentando o risco de estresse, dificuldades de aprendizagem e atrasos no desenvolvimento, caracterizando um ciclo de revitimização das crianças acolhidas.

Palavras-Chave: privação afetiva; primeira infância; acolhimento institucional.

INTRODUÇÃO

A primeira infância, que abrange os seis primeiros anos de vida (ECA, 1990), é marcada pelo desenvolvimento das habilidades emocionais, cognitivas e psicossociais da criança. Esse processo exige a presença de uma figura materna, paterna ou cuidadora que assegure cuidados básicos e uma formação saudável (Barros; Fiamenghi Jr, 2017). Além das necessidades físicas, é fundamental a presença de um vínculo afetivo com um cuidador sensível, pois é através do olhar desse Outro — geralmente a mãe — que o bebê se reconhece simbolicamente e passa a se perceber como um ser unificado (Zalcberg, 2019).

Como destaca Bowlby (2002), a necessidade de amor e presença materna é tão vital quanto a fome. A ausência de cuidados afetivos e físicos pode ser extremamente nociva à saúde

psíquica da criança, podendo levar a consequências graves, como observou Spitz (1945 *apud* Boing; Crepald, 2004) em suas pesquisas sobre o hospitalismo.

Na primeira infância, a criança está em condição de extrema vulnerabilidade, e a ruptura com figuras parentais pode comprometer seriamente o seu desenvolvimento. Crianças institucionalizadas, por exemplo, muitas vezes enfrentam sentimentos de rejeição e desprezo devido à separação familiar (Albornoz, 2006). Além disso, a própria dinâmica institucional, com foco nas necessidades básicas e sobrecarga dos cuidadores, tende a dificultar a formação de vínculos afetivos consistentes (Lemos; Gechele; Andrade, 2017).

Portanto, este estudo justifica-se pela necessidade de dar visibilidade ao tema da privação afetiva vivenciada por crianças institucionalizadas, especialmente na primeira infância. Ao evidenciar essa problemática, espera-se sensibilizar e mobilizar as entidades responsáveis pelas instituições de acolhimento, promovendo a reflexão sobre a importância do cuidado socioafetivo.

OBJETIVOS

Este estudo tem como objetivo analisar de que forma a ausência de suporte socioemocional nas instituições de acolhimento contribui para o agravamento do sofrimento psíquico de crianças institucionalizadas, especialmente aquelas que se encontram na primeira infância. Para isso, busca-se investigar as principais causas desse sofrimento psíquico a partir das vivências prévias à institucionalização; examinar como a sobrecarga de demandas técnicas afeta a qualidade do atendimento socioemocional oferecido pelos cuidadores; e compreender o papel dos vínculos afetivos positivos no desenvolvimento infantil, bem como os prejuízos decorrentes de sua ausência nos contextos institucionais.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório-descritivo, com abordagem qualitativa. Conforme Gil (1995), esse tipo de investigação fundamenta-se na análise de materiais já publicados, utilizando-se de dados obtidos predominantemente em livros e artigos científicos. Assim, os textos selecionados constituem a principal fonte de sustentação teórica dos temas abordados ao longo do estudo.

A coleta de dados foi realizada por meio de buscas nas bases da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e da Scientific Electronic Library Online (SciELO), priorizando artigos publicados no período de 2020 a 2025. A seleção concentrou-se em periódicos atualizados, associados aos seguintes descritores: “privação afetiva”, “primeira infância”, “instituição de acolhimento” e “desenvolvimento infantil”. As informações extraídas foram submetidas à análise de conteúdo, técnica que, segundo Bardin (2011), permite a identificação de indicadores que possibilitam inferências relevantes, articuladas ao contexto de produção e recepção dos dados examinados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise de cinco artigos selecionados, verificou-se que, embora a origem do sofrimento psíquico em contextos institucionais repouse, em grande parte, em experiências que precedem o ingresso na instituição, é incontestável que a sobrecarga de demandas técnicas atribuídas aos cuidadores precariza a oferta de suporte socioemocional às crianças acolhidas (Fermino; Lima, 2023; Santos, 2023). Nessa direção, Moura, Amorim e Ferreira (2022) e Santos (2023) convergem ao destacar o papel central que os vínculos afetivos positivos exercem para um desenvolvimento infantil favorável, alertando que sua ausência pode resultar em estresse, dificuldades de aprendizagem, além de atrasos e déficits no desenvolvimento.

Em vista disso, é importante reconhecer a alteridade constitutiva de cada criança em contextos de privação afetiva, que pode servir de armadura para a autopreservação ou ser um propulsor da forma como o trauma lhe atravessa (Rosa; Bridi; Filho, 2021). Ainda assim, há um consenso na literatura de que uma instituição de acolhimento que se omite em atender às necessidades socioemocionais das crianças abrigadas, muitas das quais possuem um histórico de abandono, maus-tratos e negligência familiar, configura-se como um fator de risco significativo para o sofrimento psíquico, principalmente na primeira infância (Medeiros, 2020; Rosa; Bridi; Filho, 2021). Infere-se, assim, a existência de um processo de revitimização, no qual crianças institucionalizadas, já afetadas precocemente pelas marcas psíquicas oriundas de seus lares de origem, deparam-se também com um ambiente institucional marcado pela falta de afeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos objetivos propostos e da análise feita, conclui-se que a ausência de suporte socioemocional nas instituições de acolhimento contribui significativamente para o agravamento do sofrimento psíquico de crianças institucionalizadas, especialmente na primeira infância. Essa etapa do desenvolvimento exige mais do que cuidados físicos: exige a presença de vínculos afetivos e de um cuidador sensível, capaz de oferecer acolhimento emocional. No entanto, as instituições, sobrecarregadas por demandas técnicas e domésticas, acabam falhando nesse aspecto, o que intensifica ainda mais o sofrimento dessas crianças.

Sendo assim, é fundamental que o acolhimento institucional seja repensado, de modo que não se limite ao atendimento das necessidades básicas, mas que contemple também o cuidado afetivo e a escuta sensível. A falta desse tipo de atenção pode fazer com que a instituição, em vez de proteger, revitimize a criança. Por isso, sugere-se o investimento na formação dos cuidadores e a criação de estratégias que priorizem o vínculo afetivo como parte essencial do cuidado prestado às crianças acolhidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBORNOZ, A.C. **Psicoterapia com crianças e adolescentes institucionalizados**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. 160 p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, R. C; FIAMENGHI JR, G.A. Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico. **Ciência e saúde coletiva**, São Paulo, p. 1267-1276, out. 2017.

BÖING, E.; CREPALDI, M. OS EFEITOS DO ABANDONO PARA O DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO DE BEBÊS E A MATERNAGEM COMO FATOR DE PROTEÇÃO. **Estudos de psicologia**, Campinas, v. 21, ed. 3, p. 211-226, set/dez. 2004.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. ano 1990.

DE HOLANDA SANTOS, J. Crianças institucionalizadas: O impacto da privação psicossocial precoce na memória. **Revista Psicopedagogia**, v. 40, 2023.

FERMINO, S.; DE LIMA, D. B. Análise das condições psíquicas de crianças e adolescentes submetidos à institucionalização. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, Brasil, v. 12, p. e4675, 2023.

GARCIA MOURA, G.; DE SOUZA AMORIM, K.; T ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. "Quem Não Pega, Não Se Apega"? Interações e Vínculos com Bebês Acolhidos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 38, 2022.

GIL, A. C. **Projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: ATLAS S.A., 1995.

LEMOS, S. C. A.; GECHELE, H. H. L.; DE ANDRADE, J. V. Os vínculos afetivos no contexto de acolhimento institucional: um estudo de campo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 33, p. e3334, 2017.

MEDEIROS, T. K. R. O vínculo afetivo no abrigamento de crianças. **Rev Pretextos**, v. 5, n. 9, p. 541-6, 2020.

ROSA, M. P. da; BRIDI, F. R. S.; BRIDI FILHO, C. A. N.. Crianças em situação de institucionalização e o rompimento dos vínculos afetivos: repercussões para a aprendizagem. **Construção psicopedagógica**, v. 31, n. 32, p. 52-66, 2022.

ZALCBERG, M. **De menina a mulher**: cenas da elaboração da feminilidade no cinema e na psicanálise. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2019.

EXCLUSÃO E VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NO BRASIL: PERMANÊNCIAS HISTÓRICAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

DOI: 10.5281/zenodo.16218954

1. Witalo Brenno Martins Acioli
2. Ingrid Harmony Cabral da Silva
3. Dayane Lopes de Medeiros
4. Cleuber Iguape Abidu Figueiredo

1. Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, Pernambuco, Brasil;
2. Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, Pernambuco, Brasil;
3. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil;
4. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil.

Resumo: A presente pesquisa analisa os fatores históricos e culturais que mantêm a mulher afastada dos espaços políticos no Brasil, mesmo diante de avanços legais e democráticos. Desse modo, o estudo tem por finalidade investigar como a reprodução de padrões sociais e institucionais favorece essa violência de gênero, especialmente na arena política. No que tange ao trajeto metodológico, se utilizou a abordagem qualitativa e revisão bibliográfica de autores que abordam gênero, política e poder, a pesquisa busca compreender a permanência de práticas excludentes em pleno século XXI. Nesse diapasão, com a pesquisa, se observou que a representatividade feminina é baixa, e que, mesmo quando eleitas, as mulheres sofrem ataques que vão desde o boicote financeiro durante campanhas eleitorais até agressões físicas e simbólicas no exercício do mandato. Para tanto, o trabalho conclui que, apesar de avanços formais, o campo político ainda perpetua desigualdades históricas, sendo fundamental adotar mecanismos eficazes para o combate à violência de gênero e o estímulo à participação ativa das mulheres nos espaços de poder.

Palavras-Chave: Violência Política; Mulher; Patriarcado.

INTRODUÇÃO

A trajetória da mulher na sociedade brasileira é marcada pela exclusão sistemática dos espaços de decisão e poder, sobretudo no ambiente político. Assim sendo, desde os tempos coloniais, consolidou-se um modelo patriarcal em que os papéis sociais estavam rigidamente definidos: aos homens, o espaço público e a autoridade política; às mulheres, a esfera doméstica e a submissão.

Por consequência, ainda que transformações tenham ocorrido ao longo do tempo, com marcos significativos como o direito ao voto e a criação de cotas de gênero nos partidos, o cenário político continua sendo hostil às mulheres. O que se observa é que a violência de gênero nesse contexto manifesta-se de forma estrutural e simbólica, desincentivando a participação e minando a representatividade feminina. Desse modo, este trabalho propõe refletir sobre as raízes dessa exclusão, analisando a permanência de práticas discriminatórias e violentas na política brasileira.

OBJETIVO

O objetivo da presente pesquisa é analisar os mecanismos socioculturais e institucionais que, mesmo com avanços legais, ainda impedem o fortalecimento da presença feminina na política.

METODOLOGIA

A investigação adotou uma abordagem qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica de obras que discutem gênero, política e poder. Para tanto, se buscou estudos de autores e autoras que abordam o tema da violência contra a mulher na política sob diferentes perspectivas teóricas e históricas, visando articular dados históricos, análises sociopolíticas e exemplos empíricos recentes, compondo um panorama crítico da exclusão e da violência de gênero na política brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados históricos e teóricos evidenciou que a exclusão da mulher dos espaços de poder não é resultado de uma circunstância isolada, mas sim de um processo contínuo e estruturado de dominação patriarcal. Como observa Judith Butler (2003), os corpos

femininos foram culturalmente moldados para ocupar o espaço privado, sendo historicamente negado o direito de participação ativa nas decisões públicas. Portanto, a lógica estrutural permanece presente na política institucional brasileira, onde a presença de mulheres, embora crescente, ainda é marginalizada e tratada como exceção.

Luiz Felipe Miguel e Fábio Feitosa (2009) explicam que a dinâmica discursiva na Câmara dos Deputados reflete uma hierarquia de gênero, em que as falas masculinas predominam e são legitimadas, enquanto a voz feminina é frequentemente silenciada ou subjugada. Nessa conjuntura, essa assimetria é reforçada por estruturas partidárias que não apenas dificultam o acesso das mulheres às candidaturas, mas também operam um boicote tácito ao destinar recursos escassos às suas campanhas, conforme pontuam Mona Lena Krook e Juliana Restrepo Sanín (2016).

No processo eleitoral, muitas mulheres são utilizadas como candidatas "laranjas", apenas para cumprir a cota de gênero exigida por lei, sem qualquer suporte político ou financeiro efetivo. Assim sendo, esse tipo de prática reforça uma falsa sensação de inclusão e camufla o real distanciamento das mulheres dos espaços de decisão. Portanto, a violência política de gênero, não se limita à agressão física ou verbal, mas envolve também mecanismos econômicos e simbólicos de exclusão, como apontado por Krook e Sanín (2016), ao definirem o conceito de violência econômica na política como a restrição sistemática do acesso das mulheres aos recursos que são disponibilizados aos homens.

Elba Ravane e Juliene Albuquerque (2018) reforçam que a violência política contra a mulher é uma manifestação de um sistema que busca reafirmar o controle masculino sobre os espaços de poder, muitas vezes disfarçado de embates políticos legítimos. Apenas a título de exemplo disso, basta visualizar a forma como episódios como o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff foram marcados por uma retórica de gênero, em que sua postura firme e seu não alinhamento com determinadas forças políticas foram tratados como transgressões de um papel social historicamente atribuído às mulheres: o da submissão e da docilidade.

Além disso, os casos de Jandira Feghali, agredida verbal e fisicamente no exercício do mandato, e de Tábata Amaral, duramente criticada por votar em desacordo com seu partido, ilustram como o ambiente político ainda opera sob uma lógica masculina, que rejeita o

protagonismo feminino. Por conseguinte, as reações adversas a suas atuações políticas revelam não apenas divergências ideológicas, mas um estranhamento institucional frente à autonomia feminina.

Conforme analisado por Miguel (2001), a resistência à presença das mulheres nos espaços de poder tem raízes filosóficas e políticas profundas, remontando ao pensamento de teóricos como John Locke e Rousseau. Ambos consideravam a mulher inferior racionalmente e, portanto, inapta à vida pública, concepção que ainda hoje ressoa nas práticas institucionais.

A articulação desses dados confirma que a violência política de gênero é um fenômeno complexo e multifacetado, que perpassa as estruturas institucionais, os discursos políticos e as práticas eleitorais. Nessa conjectura, a permanência dessas desigualdades, mesmo após mais de duas décadas de vigência da Lei de Cotas, demonstra que os avanços formais não têm sido suficientes para romper com os padrões culturais que sustentam a exclusão feminina na política.

CONCLUSÃO

A pesquisa evidencia que a inserção das mulheres na política brasileira ainda ocorre sob resistência institucional e cultural, mesmo após décadas de lutas e avanços formais.

Desse modo, a violência política de gênero se manifesta de forma velada ou explícita, dificultando a permanência e o protagonismo feminino nos espaços de poder. A superação dessa realidade exige transformações profundas nos partidos políticos, na legislação e, sobretudo, na cultura social que ainda associa liderança e autoridade à figura masculina.

Resta evidenciado que é essencial que se fortaleçam políticas públicas de combate à violência de gênero na política e se promovam ações educativas e institucionais que valorizem a equidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Elba Ravane Alves; ALBUQUERQUE, Juliene Tenório de. Apontamentos sobre a violência contra a mulher na política institucional brasileira. **Revista Debate Insubmissos**, vol. 1, n. 2, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

KROOK, Mona Lena; SANÍN, Juliana Restrepo. Violencia contra las mujeres en política: En defensa del concepto. **Política y gobierno,** vol.23 no.2, 2016.

MIGUEL, Luiz Felipe; FEITOSA, Fábio. O Gênero do Discurso Parlamentar: Mulheres e Homens na Tribuna da Câmara dos Deputados. **Revista de Ciências Sociais**, vol. 52, n. 1, 2009.

MIGUEL, Luiz Felipe. Teoria Política Feminista e Liberalismo: o caso das cotas de representação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15, n. 44, 2002.

A INVISIBILIDADE DO ESPECTRO ASSEXUAL EM INTERFACE COM O DISCURSO ALONORMATIVO

DOI: 10.5281/zenodo.16218959

1. **Juliana Goyeneche Sobreira**
2. **Valéria Beatriz Teles de Souza**
3. **Mahara Hayden Lima Coelho**

1. Centro Universitário Fametro, Manaus, Amazonas, Brasil;
2. Faculdade Santa Teresa, Manaus, Amazonas, Brasil;
3. Centro Universitário Fametro, Manaus, Amazonas, Brasil.

Resumo: A presente pesquisa tenciona realizar uma análise das relações entre a alonormatividade e a invisibilidade do espectro assexual, com ênfase na compreensão dos dispositivos de sexualidade hegemônicos que vigoram em nossa sociedade. Com base no estudo desenvolvido, foi possível observar que o entendimento predominante da sociedade acerca da sexualidade parte de um prisma alonormativo em que a vivência do desejo seria algo necessariamente "natural", deslegitimando e patologizando experiências não-alossexuais. Nesse sentido, constatou-se que os discurso hegemônicos da alonormatividade e da sexualidade compulsória operam na manutenção da invisibilidade assexual.

Palavras-Chave: alonormatividade; alossexualidade; assexualidade; invisibilidade; sexualidade compulsória.

INTRODUÇÃO

O termo "assexualidade" é o hiperônimo utilizado para designar identidades e orientações sexuais caracterizadas pela atração sexual inexistente ou reduzida. Embora se compreenda dentro das minorias sexuais, por escapar dos moldes típicos da heterossexualidade, o espectro assexual enfrenta a exclusão dentro do próprio movimento LGBT, sob a égide da normatividade sexual (Dana, 2020; Mollet; Lackman, 2020).

De acordo com Przybylo (2024), prevalecem em nossa sociedade concepções naturalistas acerca da sexualidade, que historicamente tem operado na patologização e deslegitimação da assexualidade. Mollet e Lackman (2020), observam que a invisibilidade do

espectro assexual se sustenta na alonormatividade e se manifesta de forma ampla na sociedade, evidenciado que a carência de abordagem do tema permeia desde a cultura popular até a pesquisa científica.

Diante desse cenário, justifica-se a importância desta pesquisa para a sociedade a partir da elucidação de Mollet e Lackman (2020), de que a falta de familiaridade com o tema perpetua a invisibilidade assexual. No que tange às contribuições para a academia, este estudo justifica sua pertinência pela apresentação de conceitos elementares para a compreensão do tema, o que favorece o desenvolvimento pesquisas futuras a respeito do assunto

OBJETIVO

A presente pesquisa teve como objetivo examinar as relações entre o discurso alonormativo e a invisibilidade do espectro assexual através de uma análise interpretativa da literatura. Tencionando atingir esse objetivo, recorreu-se ao esclarecimento dos conceitos de sexualidade, orientação sexual, identidade sexual, assexualidade, alossexualidade, sexualidade compulsória e alonormatividade.

METODOLOGIA

O presente estudo adotou uma abordagem de investigação qualitativa, que se caracteriza pelo trabalho com questões subjetivas que não são passíveis de quantificação (Minayo, 2009). Esta pesquisa assumiu um perfil exploratório. Segundo Gil (2002), os estudos exploratórios buscam promover maior familiaridade com o tema trabalhado, promover sua visibilidade, refinar concepções, formular hipóteses ou identificar intuições prévias.

Para a coleta dos dados que constituem esta pesquisa, empregou-se a pesquisa bibliográfica. De acordo com Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica caracteriza-se pela investigação e análise dos mais relevantes e atuais materiais bibliográficos disponíveis, possibilitando um levantamento de dados gerais ou específicos a respeito de um determinado tema e oferecendo base para o desenvolvimento da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo Gross e Carlos (2015), a sexualidade humana consiste em uma construção social influenciada pelo contexto histórico, cultural e social, não se restringindo a bases meramente biológicas. A orientação sexual, por sua vez, representa a inclinação das respostas eróticas ou das atrações sexuais de um indivíduo. Todos possuem uma orientação sexual, que também sofre a influência das pressões sociais (Drescher, 2014; Colling, 2018).

As identidades sexuais consistem em rotulações elaboradas pela sociedade para a representação de afeições e condutas sexuais, bem como interesses românticos. Nesse contexto, a alossexualidade, corresponde ao termo que designa a vivência de atração sexual. A assexualidade, por outro lado, designa a vivência inexistente ou reduzida de atração sexual (Drescher, 2014; Przybylo, 2024; Dana, 2020).

Presumem-se, ainda nos dias de hoje, como naturais, sadios e inerentes, a atração sexual, o comportamento e o desejo. A sexualidade é experienciada como compulsória e, ao compreendê-la dessa forma, desnaturaliza-se a ideia da sexualidade originária e fundamental. No que tange à assexualidade, observa-se que esta tem sido historicamente patologizada, com a criação de categorias diagnósticas que a relegam ao âmbito da anormalidade (Przybylo, 2024).

De acordo com Mollet e Lackman (2022) a alossexualidade e a sexualidade compulsória são conceitos entrelaçados. Enquanto a primeira parte da suposição de que todos sentem atração sexual, a segunda refere-se à pressão social para que todos desejem sexualmente, pratiquem sexo e performem o desejo. Nesse sentido, a alonormatividade atua na invisibilidade assexual ao difundir discursos que qualificam a alossexualidade como uma característica intrínseca a todas as pessoas (Mollet; Lackman, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa tenciona analisar as relações entre o discurso alonormativo e a invisibilidade das assexualidades. Para alcançar esse objetivo, empregou-se um procedimento exploratório, de abordagem qualitativa, a partir de uma revisão narrativa da literatura.

Com base no estudo desenvolvido, constatou-se que a invisibilidade assexual é engendrada pela lógica da alonormatividade e da sexualidade compulsória. Tal percepção parte de dados encontrados na literatura, que apontam para a hegemonia dos discursos da alonormatividade e da sexualidade compulsória, que sustentam uma visão naturalizada da sexualidade, desconsiderando a legitimidade do espectro assexual e relegando-o à subalternidade e à anormalidade.

Por fim, considera-se pertinente salientar que este trabalho não esgota o debate acerca da interseção entre alonormatividade, invisibilidade e assexualidade. Destarte, considera-se imprescindível o desenvolvimento de novas pesquisas para a ampliação do debate sobre o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COLLING, L. **Gênero, sexualidade e educação.** Salvador: UFBA, 2018. *Ebook.*

DANA, G. La comunidad virtual de asexuales del área metropolitana de Buenos Aires. **Sexualidad, Salud y Sociedad — Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 126-152, abr. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2020.34.08.a Acesso em: 2 mai. 2025.

DRESCHER, J. O que tem em seu armário? *In*: LEVOUNIS, P.; DRESCHER, J; BARBER, (org.). **O livro de casos clínicos GLBT**. Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 21-33. *Ebook.*

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GROSS, J.; CARLOS, P. P. Da construção da sexualidade aos direitos LGBT: uma lenta conquista. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí, v. 10, n. 2, p. 747-761, 1. quadr. 2015. Disponível em: https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/article/view/7474/4274 Acesso em: 2 mai. 2025.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A**. Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. *In:* MINAYO, M. C. S (org.); DESLANDES, S. F; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 9-29.

MOLLET, A. L.; LACKMAN, B. Allonormativity and Compulsory Sexuality. *In:* STRUNK, K. K.; SHELTON, S. A. (ed.). **Encyclopedia of Queer Studies in Education.** Leiden: Brill, 2022. p. 26-30. *Ebook*

MOLLET, A. L.; LACKMAN, B. Asexual Student Invisibility and Erasure in Higher Education: “I Thought I Was The Only One”. *In*: ZAMANI-GALLAHER, E. M; CHOUDHURI, D. D.; TAYLOR, J. L. **Rethinking LGBTQIA Students and Collegiate Contexts**: Identity, Policies, and Campus Climate. Routledge: New York, 2020. p. 78-98. *Ebook.*

PRZYBYLO, E. Asexuality and Compulsory Sexuality. *In*: ALLEN, L. E.; RASMUSSEN, M. L. (ed.). **The Palgrave Encyclopedia of Sexuality Education.** Cham: Springer Nature Switzerland AG, 2024. p. 61-70. *Ebook.*

REVELANDO A "FACE OCULTA" DA PACIFICAÇÃO: JORNALISMO CONTRA-HEGEMÔNICO ANTE A BARBÁRIE DAS UPP'S

DOI: 10.5281/zenodo.16218965

1. Elisa Gutierrez Correa
2. Matheus Guimarães de Barros

1. Graduanda em Jornalismo pelo Centro Universitário Academia, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil;
2. Doutorando em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Palavras-Chave: Rio de Janeiro; Segurança Pública; Pacificação; Violência de Estado; Jornalismo Contra-Hegemônico.

Introdução: O presente trabalho discute a relevância que jornais comunitários e independentes tiveram durante o período de vigência efetiva das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro, entre 2008 e 2017, ao revelarem e denunciarem as múltiplas violências e violações de direitos cometidas por agentes de segurança pública em favelas e periferias. Essa face truculenta e abusiva das UPPs costumava ser ocultada ou pelo menos tangenciada na mídia burguesa tradicional. **Objetivo**: Nesse sentido, busca-se demonstrar a função social do jornalismo contra-hegemônico, sobretudo aquele realizado por e/ou em territórios sob disputa armada, onde o cotidiano é marcado pela militarização e pelo terror sistemático. **Metodologia**: Trata-se de uma pesquisa qualitativa e interdisciplinar, cujo marco teórico articula crítica midiática, criminologia radical e estudos anticoloniais. O trabalho se apoia numa revisão da literatura pertinente, nas áreas de jornalismo e segurança pública. Ele também decorre de um estudo comparativo de matérias e notícias veiculadas, de um lado, por jornais de grande circulação nacional, como *O Globo*, *UOL* e *Folha de São Paulo*, e, do outro, por jornais populares como *A Nova Democracia* e *Maré de Notícias*. **Discussão**: As UPPs foram um projeto recheado de promessas não cumpridas. A "pacificação" era propagandeada por autoridades e demais entusiastas como uma panaceia para todos os males da segurança pública fluminense. Em tese, a instalação de unidades de polícia dentro dos territórios combateria o tráfico de drogas e o poder das facções locais, diminuiria a criminalidade e a violência urbana, e também reduziria o número de civis mortos durante as operações, os abusos cometidos por agentes de segurança e a brutalidade dos batalhões especiais. Além de um "policiamento comunitário" e de "proximidade", as UPPs levariam direitos e serviços essenciais historicamente negados aos moradores de favelas e periferias, que passariam a ser tratados não mais como "inimigos" do Estado, mas como cidadãos plenos. Por muito tempo, o jornalismo burguês hegemônico sustentou esse mito, enaltecendo resultados, informações e dados tendenciosos sobre as UPPs, prontamente desmascarados por jornais que atuavam *in loco*. Em contato direto com os moradores afetados, esses jornais noticiavam uma miríade de novas e velhas violências, letais e não letais, provocadas pela convivência intensa dos territórios

“pacificados” com as forças policiais e militares. **Conclusão**: Execuções sumárias, desaparecimentos de corpos, torturas, agressões físicas e psicológicas, estupros e assédios sexuais, prisões arbitrárias, ameaças, cerceamento do direito de ir e vir, do direito ao trabalho e à diversão etc. Tudo isso é revelado e denunciado por um jornalismo contra-hegemônico enquanto padrões de violação de uma “paz armada”. Desse modo, jornais comunitários, populares e independentes, especialmente em contextos de terror do Estado, mas não apenas, prestam um serviço imprescindível para os direitos fundamentais de acesso à verdade, memória, justiça e reparação.

PLURIVERSALIDADE EPISTÊMICA NO CINEMA NEGRO: UMA ANÁLISE DO FILME *ESSA TERRA É MEU QUILOMBO*, DE RAYANE PENHA

DOI: 10.5281/zenodo.16218969

1. Brenda Soares Gouveia
2. Juliana Monteiro Pedro

1. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Amapá, Macapá, Amapá.
2. Doutora em Direito Socioambiental e Sustentabilidade pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), atua como Professora Adjunta do Curso de Graduação em Direito, do Programa de Pós-Graduação em Direito e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Fronteira da Universidade Federal do Amapá.

Resumo: O estudo analisa o filme *Essa terra é meu quilombo*, de Rayane Penha, com o olhar voltado à valorização das epistemologias pluriversais e à luta de mulheres quilombolas contra o apagamento de suas ancestralidades. O objetivo do estudo é compreender como a narrativa audiovisual se articula como instrumento de resistência e transformação da episteme, ao promover o protagonismo de mulheres negras em suas lutas pela territorialidade. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e descritiva, com revisão bibliográfica, análise audiovisual e entrevista estruturada com a cineasta. Os resultados apontam que o filme constrói uma narrativa que reafirma a sabedoria ancestral, ao focar nos discursos de gerações de mulheres negras, e fortalece o cinema como uma prática decolonial por romper com as hierarquias epistemológicas eurocentradas ao ser produzido e dirigido por uma cineasta negra e latino-americana.

Palavras-chave: Decolonialidade; Epistemologias Pluriversais; Ancestralidade; Mulheres Negras.

INTRODUÇÃO

E se o cinema não fosse apenas uma lente pela qual registramos histórias, mas um ato de resistência? No filme *Essa Terra é Meu Quilombo (2022),* a cineasta Rayane Penha volta sua câmera para as mulheres quilombolas do Amapá, resgata suas memórias silenciadas e amplifica as vozes das mulheres negras que reafirmam sua ancestralidade e ressignificam a luta pelo território e pela própria existência.

O filme se apresenta como um contraponto às narrativas dominantes, ao ampliar o protagonismo das vozes de mulheres quilombolas e reafirmar a resistência dos saberes periféricos e subalternizados. Ao centrar sua narrativa nas experiências de mulheres negras em quilombos do Amapá, o curta-metragem desafia as hierarquias epistêmicas tradicionais e se insere no campo das **epistemologias pluriversais**, conceito que reconhece a coexistência de múltiplos saberes sem uma hierarquia que privilegie exclusivamente o conhecimento científico ocidental (Santos, 2019).

A cineasta Rayane Penha é uma mulher autodeclarada negra, nascida em uma comunidade ribeirinha do interior do Amapá e reconhecida por sua trajetória no audiovisual por trabalhar com questões identitárias e culturais na Amazônia. A produção de um curta-metragem latino-americano, por uma artista do norte do Brasil, que retrata a luta pelo território e pela afirmação da identidade quilombola é uma ruptura no sistema hegemônico da produção de conhecimento, focado na hierarquia global eurocêntrica de dominação epistêmica (Mignolo; Veiga, 2021).

Por meio do estudo do cinema de Penha como uma obra cinematográfica que intersecciona a luta política e epistemológica e desafia a matriz colonial, a qual conecta a produção de conhecimento à classificação racial e social historicamente impostas (Quijano, 2014), busca-se refletir acerca da seguinte questão: Como o filme desta cineasta negra e amapaense contribui para a valorização das epistemologias pluriversais ao narrar a resistência de mulheres quilombolas no contexto amazônico contra o apagamento de suas ancestralidades?

OBJETIVO

O objetivo do estudo é compreender como o filme de Rayane Penha se articula como instrumento de resistência e transformação epistêmica, ao promover a valorização dos saberes locais e o protagonismo de mulheres quilombolas na luta pela existência no contexto amazônico.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e descritiva, pautada em revisão bibliográfica e análise audiovisual, no estudo de caso do filme e em entrevista estruturada com a cineasta. A análise da obra foi complementada por uma pesquisa exploratória em reportagens e notícias, o que permitiu compreender o contexto brasileiro e, sobretudo, amapaense das produções audiovisuais.

A análise dos dados foi realizada a partir de um enquadramento teórico-crítico, combinando as leituras de Mignolo (2021), Fanon (2008) e Quijano (2014) para interpretar o filme enquanto prática decolonial. Foram adotadas estratégias de análise interpretativa dos discursos, considerando o filme como um texto político e cultural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Codato (2010), o cinema é um instrumento de representação e construção de imaginários, com influência direta na forma como grupos são percebidos na dinâmica social. Nesse cenário, é notável que o audiovisual tem sido marcado por profundas desigualdades, em que narrativas de povos racializados – compreendidos por Fanon (2008) como grupos sociais classificados e hierarquizados com base em construções raciais que solidificam o processo de exclusão e marginalização – foram sistematicamente apagadas e distorcidas pela episteme eurocêntrica (Santos, 2019).

O cinema de Rayane Penha, artista negra e latino-americana, ao trazer para reflexão a luta de mulheres negras pela terra ancestral, rompe com a hegemonia epistemológica eurocêntrica e se opõe à ideia da húbris do ponto zero, na qual a ciência moderna é universal e absoluta na capacidade de produção de conhecimento (Mignolo;Veiga, 2021).

Na perspectiva das epistemologias pluriversais, o estudo também dialoga com as ideias construídas por Fanon (2008), que discute a sociogênese do racismo e a necessidade de rompimento com a desumanização imposta às populações negras e colonizadas. O autor

argumenta que a construção da identidade dos povos racializados foi moldada por narrativas que os excluem dos espaços de produção do conhecimento e da cultura dominante.

O cinema, como uma ferramenta de representação, tem historicamente desempenhado um papel na perpetuação dessas exclusões, mas também pode se tornar um instrumento de resistência e ressignificação (Nascimento, 2022).

É nesse ponto que se insere o filme *Essa Terra é Meu Quilombo* (2022), de Rayane Penha, como uma prática de resistência cinematográfica, na qual a câmera torna-se uma ferramenta de luta que projeta para o mundo os conceitos de cinema decolonial e cinema negro.

Segundo Nascimento (2022), as produções nacionais reproduzem lógicas coloniais ao restringirem pessoas negras a papéis secundários ou caricatos, enquanto Araújo (2020) argumenta que há um crescente movimento de cineastas negros que buscam romper com essa lógica ao produzir filmes protagonizados e dirigidos por pessoas racializadas. No entanto, embora esses estudos sejam fundamentais para compreender a desigualdade racial no cinema brasileiro, há uma lacuna na análise do cinema produzido na região Norte, especialmente em relação à representatividade quilombola no audiovisual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia que o filme *Essa terra é meu quilombo* (2022), da cineasta amapaense Rayane Penha, representa uma prática decolonial que valoriza as epistemologias pluriversais ao ser produzido e dirigido por uma mulher negra e latino-americana, que ocupa seu lugar na produção de conhecimento, e nesse espaço lança luz às mulheres quilombolas no contexto amazônico ao amplificar suas vozes na luta contra o apagamento de suas ancestralidades.

A análise das lentes de Penha revela o papel transformador do audiovisual na promoção de narrativas que valorizam saberes locais, rompem com estruturas coloniais e reafirmam a centralidade das mulheres negras quilombolas como protagonistas de suas histórias. No contexto amazônico, esse tipo de produção é ainda mais relevante, pois oferece alternativas às

narrativas hegemônicas que silenciam vozes e contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e diversa, que reconhece e celebra a riqueza de saberes produzidos a partir de práticas pluriversais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Joel Zito. ***A negação do Brasil:*** *o negro na telenovela brasileira*. São Paulo: Senac, 2000.

CODATO, H. Cinema e representações sociais: alguns diálogos possíveis. **Verso e Reverso** v. 29, n. 55: Ano XXIV, 2010. https://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/44. Acesso em 8 de dez.

FANON, Frantz. ***Pele Negra, Máscaras Brancas***. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). ***La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas***. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 117-142. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140507042402/eje3-8.pdf. Acesso em: 7 dez. 2024.

MIGNOLO, W. D, & Brussolo Veiga, I. Desobediência Epistêmica, Pensamento Independente e Liberdade Decolonial. **Revista X**, 2021,16(1), 24–53. https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/78142. Acesso em: 01 dez. 2024.

NASCIMENTO, Beatriz. ***O negro visto por ele mesmo****: ensaios, entrevistas e prosa***.** Organização de Alex Ratts. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. ***O fim do império cognitivo:*** *a afirmação das epistemologias do Sul***.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

FAMÍLIA, SOCIEDADE E SISTEMA PRISIONAL: A REALIDADE FEMININA

DOI: 10.5281/zenodo.16219021

1. Witalo Brenno Martins Acioli
2. Ingrid Harmony Cabral da Silva
3. Dayane Lopes de Medeiros
4. Cleuber Iguape Abidu Figueiredo

1. Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, Pernambuco, Brasil;
2. Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, Pernambuco, Brasil;
3. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil;
4. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil.

Palavras-Chave: Sistema Prisional; Família; Política Pública; Abandono.

Introdução: O sistema prisional foi idealizado para atender as demandas masculinas, uma vez que se era impensável a mulher (cuja imagem criada pelo patriarcado era de docilidade), fosse capaz de adentrar na criminalidade. Todavia, a realidade atual demonstra outro panorama, de modo que apesar de haver presídios femininos, estes não oferecem condições mínimas existenciais para as mulheres, além de haver estigmas sociais em relação a mulher presa que gera o abandono familiar. **Objetivo:** Analisar os estigmas impostos pela sociedade e pela própria família no momento em que a mulher é encarcerada, bem como examinar de que forma sua dignidade é ferida, especialmente diante do abandono estatal que se reflete na precariedade do sistema prisional feminino. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com análise documental e bibliográfica. Foram utilizados dados de relatórios do Conselho Nacional de Justiça, do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Além disso, analisaram-se obras acadêmicas com entrevistas concedidas por mulheres egressas do sistema prisional, com o intuito de compreender suas vivências e os impactos do encarceramento em sua dignidade, como a obra “Presos que Menstruam” de Nana Queiroz. **Resultados:** Constatou-se que o estigma social atribuído à mulher presa extrapola os muros do cárcere, estendendo-se às relações familiares e comunitárias. A partir de falas relatadas em pesquisas já publicadas e que realizaram entrevistas com as mulheres presas, foi relatado o abandono por parte dos filhos, companheiros e demais parentes. Observou-se, ainda, a ineficiência de políticas públicas voltadas à saúde da mulher, à maternidade no cárcere e à garantia de condições mínimas de higiene e segurança, mesmo sabido, a título de exemplo, que as mulheres precisam de absorventes em razão da menstruação, em muitos casos sequer há esse fornecimento. **Conclusão:** Conforme supracitado, conclui-se que o sistema prisional feminino brasileiro não atende às especificidades de gênero e contribui para a violação da dignidade das mulheres presas. É urgente a implementação de políticas públicas eficazes que garantam os direitos humanos dessas mulheres e rompam com os ciclos de abandono e invisibilidade. Destaca-se, ainda, a importância de que essas políticas sejam também pensadas em âmbito municipal, pois são nos municípios que as pessoas vivem, e, em muitos casos, recorrem aos poderes públicos locais para solução de problemáticas, como o fato de que muitas famílias abandonam as presas em razão da distância entre a residência familiar e o presídio, dificultando a locomoção, principalmente para pessoas hipossuficientes financeiramente.

TRANSFAKE: COMO SUA PRÁTICA PODE AFETAR A VISIBILIDADE TRANS E A EFETIVAÇÃO DE SEUS DIREITOS

DOI: 10.5281/zenodo.16219879

1. Cleuber Iguape Abidu Figueiredo
2. Dayane Lopes de Medeiros
3. Witalo Brenno Martins Acioli
4. Ingrid Harmony Cabral da Silva

1. Mestrando em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista CAPES. Especialista em Direito Homoafetivo e Gênero pela Faculeste. Pesquisador no Grupo de Pesquisa Direito e Sexualidade (UFBA/CNPQ).;
2. Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos na UFPE (PPGDH/PE) 2024. BOLSISTA FACEPE. Graduada em PEDAGOGIA (LICENCIATURA) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte — Lotação Centro de Ensino Superior do Seridó (UFRN/CERES) em 2023 ;
3. Mestrando em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco. Pós-graduado em Direito do Trabalho e Previdência pelo Centro Universitário Tabosa de Almeida. ;
4. Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGDH/UFPE). Advogada licenciada, graduada em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Servidora do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Pós-graduada em Violência contra as Mulheres e em Direito Penal e Processo Penal.

Resumo: Sendo o Brasil o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo, o presente trabalho buscou analisar o fenômeno da prática de *transfake*, que é o ato de um(a) ator(atriz) cisgênero interpretar uma pessoa transgênero em produções cênicas, e como ela contribui para a estigmatização e exclusão das pessoas trans. A metodologia empreendida foi a pesquisa bibliográfica e o objetivo foi entender e questionar a prática de *transfake* enquanto expressão transfóbica no campo artístico, refletindo sobre seus impactos na visibilidade de pessoas trans e travestis e na efetivação de seus direitos humanos no Brasil.

Palavras-Chave: Transfake; Direitos Humanos; Transgeneridade.

INTRODUÇÃO

O Brasil é o país líder em assassinato contra pessoas trans e travestis, a ANTRA (Associação de Trans e Travestis) anualmente publica anuário da violência sofrida por essas pessoas, tendo mortes violentas pelo simples fato de existirem e resistirem. A prática de *transfake* se caracteriza quando um(uma) ator(atriz) cisgênero interpreta um personagem

transgênero, em trabalhos cinematográficos, transmitindo a falsa impressão que uma pessoa trans existe simplesmente por determinados tipos de roupas ou estigmas sociais. O MONART (Movimento Nacional de Artistas Trans), já se expressou contrário a essa prática, e neste trabalho, será apresentado suas reivindicações e sugestões para o futuro. A prática de *transfake* reforça estereótipos que, fora de cena, seus personagens não recebem aplausos, mas sim agressões.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho foi entender e questionar a prática do *transfake* enquanto expressão transfóbica no campo artístico, refletindo sobre seus impactos na visibilidade de pessoas trans e na efetivação de seus direitos humanos no Brasil.

METODOLOGIA

A metodologia qualitativa empregada nesta pesquisa é a pesquisa bibliográfica, onde "se desenvolve tentando explicar um problema a partir das teorias publicadas em diversos tipos de fontes: livros, artigos, manuais, enciclopédias, anais, meios eletrônicos, etc" (Heerdt. 2007, p.67). Neste caso, foram utilizados os seguintes documentos: o Manifesto do Monart e artigos relevantes ao tema.

DISCUSSÃO

Desde o início do Teatro, mulheres são interpretadas por homens, inclusive os atores gregos se utilizam de máscaras para isso. Um termo conhecido por essa prática foi o "*dressed resembling a girl*", sigla DRAG, traduzindo para o português ficaria "vestido para relembrar uma mulher" (Amanajás, 2015). Onde, por exemplo, homens interpretavam tanto o Romeu quanto a Julieta. Nos tempos atuais, Drag se apresenta como um veículo artístico-político, não se confundindo com identidade de gênero, onde artistas colocam perucas, cílios postiços, seios, roupas extravagantes, entre outros artigos.

Transfake é o termo utilizado por movimentos transfeministas para designar os papéis de personagens transgêneros interpretados por artistas cisgênero. O principal problema dessa prática é evidenciado quando seus corpos são comercializados, mas despidos de direitos. Elas

fazem parte da população que a sociedade não se importa se passam fome ou morrem nas ruas, e o pior, que talvez pensam que isso seja consequência direta de suas "escolhas."

Renata Carvalho, atriz e idealizadora do Movimento MONART, atenta para o fato, em manifesto, que (Monart, 2017):

> Nossa segunda causa de morte é o suicídio. A vida média de uma pessoa trans* é de apenas 35 anos. Somos, quase todxs, expulsas de casa muito cedo, às vezes com apenas 12 ou 14 anos de idade. Mais de 90% da nossa população está na prostituição, pois o mercado de trabalho não nos aceita. Precisamos lutar para ter direito ao nosso nome social, usar o banheiro de acordo com a nossa identidade de gênero e para por ela sermos reconhecidxs e tratadxs.

A pauta das pessoas transgênero tem crescido, mas não tão rápido quanto a morte dessas pessoas. No Dossiê divulgado pela ANTRA, Associação Nacional de Trans e Travestis, de 2024, mostra que (Benevides, 2025) "enquanto a produção de informações, estudos e análises sobre as violências e assassinatos de pessoas trans avança, os compromissos e ações efetivas para garantir sua proteção, direitos e, acima de tudo, suas vidas, permanecem ausentes" (p.12). A forma destas mortes são: em primeiro lugar tiro de arma de fogo (38%), em segundo lugar facadas (29%) e em terceiro espancamento/estrangulamento (20%) (p. 83).

Esses dados ultrajantes escancaram a vida humilhante, perigosa e marginal que as pessoas trans "não-vivem". Como ensina Judith Butler (2022), algumas pessoas sequer são reconhecidas como humanas, sendo assim uma vida não-vivível.

Enquanto um ator cisgênero coloca peruca e enchimento para interpretar a inspiradora história de Gilberta, travesti, nos palcos paulistas, Roberta da Silva tem 40% do seu corpo queimado por um adolescente no Centro do Recife (G1, 2021).

O manifesto da MONART propõe alguns pontos a serem discutidos e, mais importante, aplicados para que essas mortes horríveis deixem de ser apenas espetáculo e repercutam na vida prática de pessoas trans. Um deles é a proposta de que atores cisgêneros parem de interpretar pessoas trans por 30 anos (Monart, 2018).

Em entrevista (Lemos Jr, Gosciola, 2018), Renata, afirma que quando uma "determinada população não se vê e não se sente representada, a sua existência passa ao longo

dos anos se desnaturalizando, sendo algo incomum, se desumanizando, tornando estranho, desconfortável e não real (p.100)".

É necessário repensar esse modelo de sociedade binária heterocisnormativa, antes que a população trans seja dizimada pelo ódio gratuito. O Estado é o provedor supremo de direitos e obrigações para com a população (Brasil, 1988), toda a população, inclusive a população trans.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que embora não seja ilegal, a prática de *transfake*, é um grave violador de direitos humanos e fundamentais das pessoas trans e travestis ao estigmatiza-las. De acordo com o que foi apresentado e discutido neste trabalho, faz-se necessário que a prática *transfake* seja abolida, utilizando-se de pessoas trans e travestis para interpretar esses personagens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMANAJÁS, Igor. Drag queen: um percurso histórico pela arte dos atores transformistas. **Revista Belas Artes**, v. 6, n. 16, p. 1-23, 2015.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024 / Bruna G. Benevides.

ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – **Brasília, DF**: Distrito Drag; ANTRA, 2025. Disponível em: https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf. Acesso em 13 mar. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 24 de Maio de 2025.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. Tradução de Victor Galdino, Ana Luiza Gussen, Gabriel Lisboa Ponciano, Carla Rodrigues, Luis Felipe Teixeira, Nathan Teixeira, Beatriz Zampieri. 1. ed. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2022. 452 p.

G1 PERNAMBUCO. **Morre a mulher trans que teve 40% do corpo queimado por adolescente no centro do Recife**. G1, 9 jul. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/07/09/morre-a-mulher-trans-que-teve-

40percent-do-corpo-queimado-por-adolescente-no-centro-do-recife.ghtml. Acesso em: 13 mar. 2025.

HEERDT, Mauri Luiz. **Metodologia científica e da pesquisa**: livro didático 2007. 5. ed. rev. e atual. – Palhoça: UnisulVirtual, 2007.

LEMOS JR., Urbano; GOSCIOLA, Vicente. Representando a representatividade: identidade e gênero no teatro brasileiro contemporâneo. **Revista Aspas**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 98–107, 2018. DOI: 10.11606/issn.2238-3999.v8i1p98-107. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/aspas/article/view/143326. Acesso em: 13 mar. 2025.

MONART. **Carta aberta do Movimento Nacional de Artistas Trans para todos os artistas cisgênero**. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/carta-aberta-do-movimento-nacional-de-artistas-trans/. Acesso em 02 jan. 2021.

O DESENCADEAMENTO DA DEPRESSÃO ANACLÍTICA PELO PRISMA LACANIANO

DOI: 10.5281/zenodo.16219941

1. Carla Jeucken
2. Giselle Falbo

1. Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil;
2. Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.

Resumo: Nesta breve comunicação, propomo-nos a apresentar um fragmento de nossa pesquisa acerca da possível releitura dos achados de acerca do quadro patológico apresentado por bebês institucionalizados e afastados de suas mães, denominado pelos autores depressão anaclítica. Nossa proposta se justifica, pois ela possibilita desdobrar as considerações de Freud acerca da mais tenra infância e, assim, contribuir para o manejo na clínica com bebês. Para tanto, dividimos o trabalho em três etapas: apresentação sucinta dos subsídios teóricos freudianos utilizados pelos autores para cunhar a referida categoria psicopatológica; contextualização do desencadeamento da depressão anaclítica nos bebês e, por fim, proposição de releitura da etiologia do sintoma através dos apontamentos de Lacan.

Palavras-Chave: Clínica; Depressão Anaclítica; Desejo não anônimo.

INTRODUÇÃO

Em um de seus artigos mais elucidativos acerca do tema, Freud (1924) abordou a ligação pulsional que estabelece um circuito de busca de satisfação sexual em tempos posteriores da vida do sujeito e que, ao mesmo tempo, inscreve a falta no psiquismo. Nessa "fase", denominada autoerotismo, haveria um acoplamento entre aquele que será reconhecido em sua particularidade e aqueles que serão reconhecedores desta e que se apresentarão, posteriormente, como primeiros objetos de amor da criança. Neste nível da constituição subjetiva antecedente à formação do eu, as pulsões sexuais se apoiam nas pulsões de autoconservação na busca de satisfação. A ligação a esse Outro primitivo e pré-histórico se dá pelo tipo anaclítico (termo utilizado como possível tradução para o vocábulo *Anlehnung*, que significa apoio, encosto), uma vez que a satisfação obtida com o alimento, simbolizada pelo seio, embora seja indispensável para a sobrevivência do organismo, é inseparável da satisfação sexual.

A ligação anaclítica, portanto, não diz respeito somente a um tipo de escolha de objeto, mas também à própria fonte da escolha de objeto, isto é, ela encontra em seu cerne a relação com o objeto desde sempre perdido, *das Ding.* O circuito pulsional estabelecido nesses momentos derradeiros da constituição subjetiva dependem, incontornavelmente, do papel desse Outro que se ocupa dos cuidados iniciais do infans. Freud menciona que, recorrentemente, esses Outros seriam a mãe que alimenta e o pai que protege – ou aqueles que ocuparem essas funções (Freud, 1924).

A reconhecida função imprescindível do Outro parental na constituição psíquica do bebê, bem como a função de suporte que as pulsões de autoconservação desempenham para as pulsões sexuais encontrarem caminhos para buscar satisfação serviram de base teórica para os estudos do psicanalista René Spitz, especialmente aqueles difundidos em seu artigo intitulado *Depressão Anaclítica* (1946), publicado em coautoria com Katherine Wolf. Nele, os autores apresentaram discussões nas quais interpretavam, com perspectiva psicanalítica freudiana, os dados coletados nas observações de bebês institucionalizados, afastados de suas mães, que sofriam com graves problemas em sua constituição subjetiva, fisiológica e cognitiva. O quadro clínico observado foi denominado *depressão anaclítica.*

OBJETIVO

Nesta breve comunicação, propomo-nos a apresentar um fragmento de nossa pesquisa acerca da possível releitura dos achados Spitz e Wolf (1946), valendo-nos de um retorno a Freud sob a ótica da teoria psicanalítica lacaniana. Nossa proposta se justifica, pois ela possibilita desdobrar as considerações de Freud acerca da mais tenra infância e, assim, contribuir para o manejo na clínica com bebês. Para tanto, nosso percurso consiste em: (1) apresentar sucintamente a leitura freudiana empreendida por Spitz e Wolf (1946) circunscrevendo os subsídios teóricos utilizados para designar o quadro clínico observado em bebês diagnosticados com “depressão anaclítica”; (2) discorrer descritivamente sobre a situação das crianças acometidas pela “depressão anaclítica” conforme classificação dos referidos autores; (3) comentar brevemente as elaborações dos autores através dos apontamentos de Lacan acerca da função do desejo que não seja anônimo.

METODOLOGIA

Como método de desenvolvimento deste trabalho adotamos a revisão de literatura e o estilo ensaístico nas discussões sobre o material bibliográfico selecionado. Do artigo de Lacan intitulado *Nota sobre a Criança* (2003), extraímos elaborações e conceitos pertinentes para problematizar os textos dos referidos autores e para propor uma releitura da etiologia da depressão anaclítica. A adoção desse método possibilita-nos aproveitar as experiências singulares de Spitz e Wolf (1946) na clínica com bebês para discutir possibilidades de manejos clínicos favoráveis no trato com bebês institucionalizados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Convocados a investigar os efeitos da institucionalização no desenvolvimento biológico, fisiológico e psíquico de crianças entre seis meses e um ano idade, Spitz e Wolf (1946) notaram que a maioria dos bebês lactentes que foram separados de suas mães antes de completarem o primeiro ano de vida sofriam de graves problemas decorrentes da ausência desse primeiro Outro que lhes dispensava os cuidados. Embasados na psicanálise freudiana, esses psicanalistas observaram que entre a quarta e a sexta semana após o afastamento materno, as crianças apresentavam quadros depressivos, a despeito do empenho das enfermeiras que lhes dispensavam cuidados, e apesar de assegurada a infraestrutura de cuidados da instituição. Com a ausência prolongada da mãe, as crianças apresentavam uma série de sintomas, com crescente agravamento, como perda de peso, insônia, suscetibilidade a doenças, atraso no desenvolvimento, alheamento e recusa do contato com os cuidadores (Spitz; Wolf, 1946). Esses sintomas depressivos dos bebês contrastavam drasticamente com seu comportamento feliz e sociável do período antecedente à separação. A médio prazo, o prognóstico se tornava muito ruim e irreversível: os bebês entravam em estado de estupor, permaneciam inexpressivos, recusavam-se a se alimentar, tornavam-se inaptos para falar, para andar, para se alimentar sozinhos e para adquirir hábitos de higiene. Após certo período, os danos se tornavam permanentes, mesmo quando as mães retomavam o contato com as crianças (Spitz; Wolf, 1946).

Spitz e Wolf (1946) denominaram esse quadro clínico *depressão anaclítica*, considerando a especificidade dos sintomas e as circunstâncias nas quais eles começavam a aparecer. Segundo os autores, notava-se que a depressão anaclítica se desencadeava quando os

bebês perdiam o "objeto amado" em um período em que ainda estavam destituídos de certa maturação biológica e de certo nível de constituição subjetiva, na qual já teria sido estabelecida uma separação subjetiva entre a criança e a mãe. Embora fale-se em "mãe", no desencadeamento da depressão anaclítica não está em questão a perda da mãe biológica da criança, mas a perda da mãe como objeto de amor que satisfazia sexualmente a criança, ao mesmo tempo em que se ocupava dos cuidados básicos necessários para sua sobrevivência. Spitz e Wolf (1946) sugeriram o emprego do sintagma "objeto de amor" [*love object*] como substitutivo do significante mãe: "(…) quando nós falamos da mãe, estamos usando um termo que deveria cobrir, de fato, um campo mais amplo. "Objeto de amor" seria a expressão mais correta e nós deveríamos dizer que essas crianças sofrem a perda do objeto de amor delas" (Spitz; Wolf, 1946, p. 328, tradução nossa).

Retornando às elaborações freudianas com Lacan (2003), podemos tecer novas considerações sobre a etiologia da depressão anaclítica, tendo em vista a constatação dos autores que ela remete a uma perda situada nesse laço indiscernível entre o que virá a ser o Eu e o Outro. Para isso, consideramos que esse Outro só aparece assim, constituído enquanto alteridade, em um outro nível da constituição subjetiva, quando se forma a imago narcísica (inconsciente). Não há um objeto de investimento libidinal ou agressivo precedente ao narcisismo, pois, como assevera Freud (2021), as pulsões não amam. No autoerotismo a dispersão pulsional ainda está em jogo, logo, o que vigora são apenas as satisfações prazerosas e desprazerosas que somente pela instauração do narcisismo poderão ser atreladas ao amor e ao ódio.

Isto posto, podemos interpelar de que se trata nessa perda desse objeto amado. Algo fundamental para a constituição subjetiva tenha sido perdido para aquelas crianças internadas, a ponto de o desenvolvimento corporal, cognitivo, emocional, psíquico delas se tornar irreversivelmente comprometidos. Algo transmitido por esse Outro primordial, ainda não subjetivado como alteridade por esses bebês. Da perspectiva lacaniana, interessa-nos considerar a questão pela perspectiva de que a família conjugal transmite uma função de resíduo de uma geração à outra, função que não é da ordem da satisfação das necessidades, mas da constituição subjetiva que implica "a relação com um desejo que não seja anônimo" (Lacan, 2003, p. 369).

Com “um desejo que não seja anônimo” evocamos o papel desempenhado pelo Outro na constituição subjetiva, as funções desse Outro do lado da mãe e do pai. Na mãe, o desejo não anônimo traz “a marca de um interesse particularizado, nem que seja por intermédio de suas próprias faltas” (Lacan, 2003, p. 369). O bebê, portanto, ocupa um lugar no desejo da mãe que não é de qualquer ordem, mas em sua particularidade de bebê historicizado. Por isso aquele resto aludido por Lacan: o bebê é situado em uma história cujas marcas que o constituirão serão transmitidas de geração em geração, ainda que de maneira diferente e apesar de serem subjetivadas de maneira muito própria por cada um. Do lado do pai, esse desejo não anônimo comparece quando seu nome vetoriza “uma encarnação da Lei no desejo” (Lacan, 2003, p. 369). É a partir dessa vetorização que o desejo pode aparecer. O que esses bebês perdiam, portanto, era justamente a marca desse desejo não anônimo, particularizado via Nome-do-Pai. Tendo isso em vista, podemos conceber que é possível que os procedimentos institucionais de cuidados dispensados aos bebês, a despeito da infraestrutura adequada e do empenho das enfermeiras, falhavam pela falta dessa particularização. Do ponto de vista lacaniano, portanto, podemos retomar da seguinte maneira a perda que desencadeia a depressão anaclítica entre os bebês abandonados: com o afastamento materno durante a institucionalização, os bebês perdiam esse lugar suposto no desejo particularizado do Outro materno, que aparece para a criança marcado por uma falta transmitida pelo Nome-do-Pai.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apoiadas nas pulsões de autoconservação, as pulsões no nível do autoerotismo criam um circuito para obtenção de satisfação a partir desse Outro primordial, circuitos dos quais se destacam os objetos parciais que possibilitarão a concepção de um Eu separado de um Outro. A teorização de Freud acerca da dinâmica pulsional no nível do autoerotismo, portanto, foi fundamental para apreensão da situação clínica vivenciada com bebês institucionalizados e, a partir disso, intervirem clinicamente nestas circunstâncias a fim de dirimir os efeitos catastróficos do afastamento materno. Retomar os estudos dos autores pelas lentes de Lacan possibilitou uma releitura da perda quando os laços com as mães se rompiam. Desaparecido o Outro que se tornaria um Outro pré-histórico, compromete-se a transmissão e inscrição das marcas que constituem subjetivamente e singularmente o bebê.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREUD, S. **Zur Einführung des Narzißmus**. Leipzig, Wien, Zürich: Internationaler Psychoanalytischer Verlag, 1924. Disponível em: https://archive.org/details/Freud_1924_Narzissmus_k/ Acesso em 01 dez. 2024.

FREUD, S. **As pulsões e seus destinos**. Trad. Pedro Heliodoro Tavares. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

LACAN, J. **O seminário**: livro 5. As formações do inconsciente. Rio de Janeiro: JZE, 1999.

LACAN, J. Nota sobre a criança. In LACAN, J. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: JZE, 2003. pp. 369-370.

SPITZ, R.; WOLF, K. Anaclitic Depression. **The Psychoanalytic Study of the Child**, 2:1, 313-342, 1946. http://dx.doi.org/10.1080/00797308.1946.11823551

A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA COMO UM CAMINHO PROFÍCUO PARA A (RE)SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO

DOI: 10.5281/zenodo.16220002

1. Ingrid Harmony Cabral da Silva
2. Cleuber Iguape Abidu Figueiredo
3. Dayane Lopes de Medeiros
4. Witalo Brenno Martins Acioli

1. Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGDH/UFPE). Advogada licenciada, graduada em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Servidora do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Pós-graduada em Violência contra as Mulheres e em Direito Penal e Processo Penal;
2. Mestrando em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista CAPES. Especialista em Direito Homoafetivo e Gênero pela Faculeste. Pesquisador no Grupo de Pesquisa Direito e Sexualidade (UFBA/CNPQ).
3. Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos na UFPE (PPGDH/PE) 2024. Bolsista Facepe. Graduada em Pedagogia (Licenciatura) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte — Lotação Centro de Ensino Superior do Seridó (UFRN/CERES) em 2023.
4. Mestrando em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco. Pós-graduado em Direito do Trabalho e Previdência pelo Centro Universitário Tabosa de Almeida.

Resumo: O presente trabalho investiga a contribuição da Comunicação Não Violenta (CNV) para a transformação das práticas judiciais brasileiras, especialmente no âmbito dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs). Diante dos desafios enfrentados pelo sistema de justiça, como a morosidade e a excessiva judicialização, busca-se compreender como a CNV pode fortalecer os métodos autocompositivos e viabilizar uma justiça mais restaurativa, dialógica e humanizada. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e documental, com ênfase nos aportes teóricos de Marshall Rosenberg, além da análise de normativos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como a Resolução nº 125/2010. Há indícios que a integração da CNV potencializa os objetivos dos CEJUSCs ao favorecer uma escuta ativa e empática, bem como a identificação de necessidades e a formulação de soluções colaborativas. No entanto, observa-se que, embora sua aplicação ainda careça de institucionalização plena, é capaz de promover mudanças significativas na mediação de conflitos, deslocando o foco da punição para o diálogo e a reparação. Sendo assim, infere-se que a CNV representa um instrumento promissor para a efetivação dos direitos humanos e para o fortalecimento de uma cultura de paz no Judiciário, exigindo, contudo, políticas públicas voltadas à formação continuada e à consolidação de uma nova cultura institucional.

Palavras-Chave: Comunicação Não Violenta; Poder Judiciário; Resolução de Conflitos; Mediação; Conciliação.

INTRODUÇÃO

O sistema de justiça brasileiro enfrenta inúmeros desafios relacionados à morosidade, à judicialização excessiva e à ineficácia na pacificação social. A cultura da litigiosidade, alicerçada em um paradigma punitivo e adversarial, mostra-se insuficiente para atender as demandas e promover soluções mais eficazes, céleres e profícuas.

Nesse diapasão, a fim de romper tais paradigmas, são criados os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), que surgem como alternativa à via litigiosa, ao passo que promovem métodos autocompositivos, como a mediação e a conciliação, capazes de solucionar imbróglios processuais por meio do diálogo e do consenso entre as partes.

Aqui, vislumbra-se a Resolução nº 125/2010 (BRASIL, 2010), que prevê a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses, incentivando os mecanismos consensuais de solução de litígios. Por conseguinte, o novo paradigma foi substancialmente fixado pelo Código de Processo Civil e pela Lei da Mediação, ambos de 2015.

Tal órgão oferece um ambiente menos formal que o judiciário tradicional, permitindo que as partes expressem suas necessidades e busquem soluções colaborativas. Neste ínterim, vislumbra-se a Comunicação Não Violenta (CNV) como um mecanismo capaz de potencializar tais objetivos, facilitando a comunicação entre os sujeitos.

A Comunicação Não Violenta (CNV), desenvolvida por Marshall Rosenberg (2021), propõe uma abordagem que enfatiza a conexão humana e a expressão autêntica dos sentimentos e necessidades, tornando-se uma forma empática para resolução de conflitos que pode enriquecer a atuação dos CEJUSCs, por meio de uma abordagem humanizada para lidar com disputas, já que fundamentada em quatro componentes principais: observação, sentimento, necessidade e pedido.

Sua aplicação viabiliza a escuta ativa, a identificação de necessidades e a restauração das relações sociais, cruciais à construção de um ambiente adequado para a resolução pacífica de conflitos. Ela propõe a substituição de julgamentos, críticas e imposições por formas de expressão baseadas na observação neutra, na identificação de sentimentos, necessidades e na formulação de pedidos claros.

Ademais, oferece uma abordagem que prioriza a escuta empática, o reconhecimento das necessidades das partes e a busca de consensos não impositivos. A CNV enquadra-se, portanto, como ferramenta central para a concretização de práticas restaurativas no campo jurídico, ao deslocar o foco da punição para a reparação e da imposição para o diálogo.

OBJETIVO

O presente resumo tem como objetivo precípuo compreender como a aplicação da CNV contribui para a transformação das práticas judiciais, bem como para a efetiva resolução de conflitos no Judiciário brasileiro, sobretudo nos CEJUSCs, evitando que haja a necessidade de judicialização das demandas, a fim de constatar se possui um papel importante no desafogamento do sistema processual.

Desse modo, busca-se analisar a compatibilidade entre os princípios da CNV e os objetivos dos CEJUSCs, avaliando o potencial transformador dessa articulação para a construção de uma justiça mais dialógica e inclusiva.

Para isso, necessário se faz identificar os fundamentos da CNV em articulação com os princípios dos CEJUSCs, analisar documentos institucionais e normativos que tratam da atuação do referido órgão, bem como discutir os desafios e potencialidades da integração da CNV como metodologia transversal nas práticas de resolução de conflitos do Judiciário.

METODOLOGIA

Utilizar-se-á uma pesquisa de abordagem qualitativa e de natureza exploratória, a ser realizada por meio do estudo bibliográfico e documental. Inicialmente, será utilizado como referencial teórico e basilar os estudos de Marshall Rosenberg (2021) sobre Comunicação Não Violenta. A posteriori, far-se-á uma busca ativa em livros e periódicos relacionados ao tema, nas plataformas Scielo, Google Acadêmico e Portal CAPES.

No campo documental, serão analisados normativos do Conselho Nacional de Justiça, sobretudo a Resolução nº 125/2010, além de manuais e relatórios técnicos relacionados à atuação dos CEJUSCs. O enlace científico entre os referenciais teóricos e os documentos institucionais permitirão a construção de uma análise crítica sobre os elos existentes entre a aplicação da CNV e o alcance das finalidades do órgão supracitado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A execução de práticas consensuais, a exemplo da mediação e da conciliação, alinha-se aos princípios da justiça restaurativa ao permitir a reconstrução de vínculos, a responsabilização mútua e a reparação dos danos a partir do diálogo.

A Comunicação Não Violenta, nesse contexto, aparece como uma metodologia potente, ainda que muitas vezes implícita, nas práticas de facilitadores e mediadores. Sua aplicação favorece uma escuta ativa e empática, promovendo a compreensão das necessidades subjetivas das partes envolvidas e fortalecendo a autonomia decisória. No ambiente jurídico, caracterizado historicamente por uma linguagem técnica e impessoal, a introdução de práticas comunicacionais mais sensíveis pode representar uma virada paradigmática.

Observa-se que, quando os profissionais incorporam os princípios da CNV, como a observação sem julgamento, a expressão genuína de sentimentos, a identificação de necessidades e a formulação de pedidos claros, há uma mudança notória na forma como os conflitos são tratados (BESERRA, 2022, p. 141). As sessões tornam-se menos sobre "ganhar ou perder" e mais sobre restaurar relações e construir soluções sustentáveis.

A ausência de políticas públicas voltadas à formação sistemática em CNV, contudo, ainda é um entrave à sua consolidação como prática institucionalizada nos CEJUSCs. Ainda assim, o potencial de transformação dessa abordagem é notório, especialmente quando vista como instrumento de efetivação dos direitos humanos, fundamentais para o combate ao congestionamento de processos no Poder Judiciário brasileiro (CAMARA, CUNHA, 2021, p. 72).

Sob essa ótica, é possível inferir que a CNV representa uma ponte entre o direito e a subjetividade, promovendo a responsabilização sem punição e a reparação sem vingança. Vislumbra-se, pois, uma possível democratização do acesso à justiça e a promoção da Cultura de Paz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comunicação Não Violenta representa uma oportunidade concreta de ressignificar o papel do Judiciário na resolução de conflitos, deslocando o foco do controle punitivo para a escuta, o diálogo e a reparação. Os CEJUSCs, por sua vez, constituem espaços estratégicos para essa transformação, na medida em que promovem alternativas viáveis à judicialização excessiva.

Ao promover a empatia e o diálogo, a CNV não apenas transforma o processo de mediação/conciliação, mas também contribui para a construção de uma cultura de paz no sistema judiciário. A sua aplicação requer um comprometimento institucional e a participação ativa da sociedade, visando uma justiça mais humanizada e acessível.

Sua consolidação como metodologia transversal no órgão em comento exige investimentos em formação, políticas públicas e mudança cultural dentro das instituições jurídicas. Trata-se de um caminho promissor para a construção de uma justiça mais acessível, humanizada e comprometida com a dignidade das partes envolvidas.

REFERÊNCIAS

BESERRA, Danielly Barros. **Conciliação sob o paradigma da Comunicação Não Violenta (CNV): a experiência do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) da Justiça Federal em Petrolina/PE**. Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco. nº 14. 2022. p. 127-143. Disponível em: https://revista.jfpe.jus.br/index.php/RJSJPE/article/view/261. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010.** Dispõe sobre a criação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=2579. Acesso em: 17 abril 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015**. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da Administração Pública. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, D.F., 29 jun. 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Senado Federal, 2015.

CAMARA FONSECA, F.; CUNHA LIMA, W. **A importância da mediação e conciliação no combate ao congestionamento do poder judiciário brasileiro**. Revista de Estudos Jurídicos do UNI-RN, [S. l.], n. 5, p. 53–73, 2021. Disponível em: https://revistas.unirn.edu.br/index.php/revistajuridica/article/view/769. Acesso em: 1 maio. 2025.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação Não Violenta: O segredo para comunicar com sucesso**. Alma dos Livros, 1ª ed. 2021.

GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E MASCULINISMO: UMA EXPERIÊNCIA NA RESIDÊNCIA EM PSICOLOGIA JURÍDICA

DOI: 10.5281/zenodo.16220064

1. Luana Bringel Xavier Neves

1. Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Palavras-Chave: Violência doméstica; masculinidades; grupos reflexivos; grupos masculinistas.

Introdução: Os discursos sobre as masculinidades têm crescido no meio acadêmico, em contrapartida, grupos conhecidos como masculinistas têm ganhado força no âmbito social. A ideologia dos Red Pill e Incels, de fundamento sexista e patriarcal, atinge homens, principalmente os mais jovens. Aliado a isso, a descredibilização da Lei Maria da Penha fortalece o crescimento dos casos de violência doméstica. Os grupos reflexivos surgem como uma alternativa penal ou medida protetiva para os homens envolvidos nesses casos, previstos pela Lei 11.340/2006. **Objetivo:** Fomentar o debate acerca do crescimento dos grupos masculinistas e os impactos nos grupos reflexivos para homens envolvidos em processos de violência doméstica, e apontar a importância dos estudos de gênero para a formação em psicologia. **Metodologia:** Nesse sentido, o presente trabalho apresenta um relato de experiência de uma residente em psicologia jurídica com grupos reflexivos no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, na cidade de Niterói. Será utilizado o relato de experiência a partir de uma abordagem crítica e estudos de gênero contemporâneos, fundamentado em autoras como Angela Davis e Carla Akotirene, e relatórios do Observatório da Mulher contra a Violência. **Fundamentação teórica/ Resultados e discussão:** Os grupos reflexivos são indicados para que os homens possam se responsabilizar pelos atos cometidos. Para isso, algumas temáticas relacionadas aos estudos de masculinidades e da formação sócio-histórica brasileira são debatidos com a intenção de gerar reflexões e discussões entre eles e os facilitadores. Alguns temas como “Lei Maria da Penha”, “Tipos de violência” e “Masculinidades” são recepcionados, por vezes, com revolta, além de alguns homens relacionarem a participação no grupo como uma punição injusta. Outro ponto que foi observado é que os discursos baseados em ideologia Red Pill e Incels têm aparecido com mais frequência. **Considerações finais/ Conclusão:** Por fim, pode-se depreender do relato de experiência que os discursos masculinistas estão afetando a forma como os homens têm absorvido os conteúdos propostos pelos grupos reflexivos, além de impactar na percepção acerca da Lei Maria da Penha. Além disso, é fundamental que a formação em psicologia, destacando a prática jurídica, seja assentado nos estudos de gênero, baseando-se em epistemologias feministas e críticas, para que os profissionais que atuam com grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica, consigam identificar e aprimorar as técnicas de abordagem das temáticas, a fim de responsabilizar e continuar a proposta dos grupos a luz da Lei Maria da Penha.

SUJEITOS NÃO HUMANOS: AS PERSPECTIVAS DO VEGETAL E DO ANIMAL EM MINICONTOS DE OSWALDO FRANÇA JÚNIOR

DOI: 10.5281/zenodo.16220604

1. Nádia Santos de Paiva Neves

1. Centro Federal de Educação Tecnológica, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

Palavras-Chave: animal; vegetal; civilização; minicontos.

Introdução: As obras literárias podem desenvolver críticas nos diversos campos sociais, incluindo o político, o trabalho e as formas de exploração da natureza. O último tipo de crítica possibilita que perspectivas frequentemente silenciadas, como a dos animais e dos vegetais, sejam ouvidas para questionar a centralidade da espécie humana. Essas perspectivas destacam-se em minicontos de As laranjas iguais (1985), de Oswaldo França Júnior. Assim, nessa obra as subjetividades do vegetal e do animal são contempladas não apenas como parte de um cenário, mas como personagens relevantes em conflitos com a civilização. Uma civilização que tem no antropocentrismo uma de suas principais características, destituindo de direitos os outros modos de existência. **Objetivo:** O objetivo é evidenciar a sensibilidade ecológica na literatura de França Júnior pela comparação de dois minicontos de *As laranjas iguais*, em que personagens não humanos mobilizam experiências narrativas, permitindo a discussão da característica ambiental, que é pouco investigada, na obra do escritor mineiro. **Metodologia:** Diante disso, é feita a proposta de uma análise comparativa dos minicontos “A árvore que pensava" e “O pé de laranja lima". No primeiro encontra-se o pensamento do vegetal e no segundo está a ação do animal, ambos envolvidos pelos sentimentos desses seres não humanos. **Fundamentação teórica/ Resultados e discussão:** Considerando o exposto, é relevante o conceito de ecocrítica nas considerações teóricas de Greg Garrard (2006), a ecologia em James Lovelock (2006), a animalidade em Maria Esther Maciel (2023) e as críticas ao antropocentrismo no pensamento de Ailton Krenak (2020). Esse aporte teórico proporciona reflexões sobre os minicontos selecionados e os insere em contextos contemporâneos de discussões sobre as intervenções humanas em outras formas de vida. Intervenções que impactam o planeta ao ponto de ser identificada uma nova era geológica, o Antropoceno. **Considerações finais/ Conclusão:** Conclui-se que a sensibilidade ecológica na obra de França Júnior, ainda pouco explorada, oferece uma crítica relevante ao antropocentrismo, alinhando-se a debates contemporâneos sobre o Antropoceno. **Financiamento**: “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”

ECOVILAS E FORMAÇÃO DE SUBJETIVIDADES: ESTUDO DE CASO A PARTIR DE LIVES DO GRUPO NAMASTEAM

DOI: 10.5281/zenodo.16220654

1. Joselaine Raquel da Silva Pereira

1. Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL) da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA) e pelo Programa de Pós Graduação em Sociedade Cultura e Fronteira (PPGSCF) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), ambas em Foz do Iguaçu (PR), mestra pelo Programa de Pós graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-americanos (PPGIELA) da UNILA e Bacharel em Antropologia — Diversidade Cultural Latino-americana pela mesma universidade.

Resumo: Esta pesquisa realiza uma análise de um ciclo de lives realizado pelo grupo Namasteam no ano de 2024, referentes à prévia do curso online "Diplomado Ecoaldeas", que orienta grupos e coletivos que estão em processo de construção de uma ecoaldeia, tanto em seu sentido material quanto social. O objetivo da pesquisa é compreender como ocorrem os processos de construção de subjetividades contra-hegemônicas através das redes latino-americanas de ecoaldeias. A metodologia utilizada foi um estudo de caso representativo dos processos que ocorrem em diferentes territórios da América Latina, a partir do curso de diplomado em Ecoaldeias. Por fim, pode-se observar que existem processos similares ocorrendo simultaneamente em diversos contextos locais dentro do nosso continente a partir de conexões interepistemológicas que possibilitam a construção uma rede latino-americana que compartilha essa subjetividade ecoaldeana ou ecovileira.

Palavras-Chave: Ecovilas; Ecoaldeias; América Latina; Subjetividades contra-hegemônicas; Interepistemologias.

INTRODUÇÃO

As ecovilas e ecoaldeias latino-americanas têm se consolidado como espaços de experimentação de modos de vida alternativos, sustentáveis e comunitários. Inseridas em um contexto de resistência às lógicas extrativistas e à racionalidade hegemônica ocidental, essas iniciativas operam não apenas transformações materiais, mas também subjetivas. Este trabalho propõe investigar como se constituem subjetividades contra-hegemônicas nesse contexto, tomando como objeto um ciclo de lives[1] formativas oferecido pelo grupo Namasteam em 2024.

[1] Agenda do ciclo de lives: 1) 09/07: Autosustentabilidad Energética para Ecoaldeas — Clase magistral con Andrés Navarro — Experto en Ecotecnologías; 2) 16/07: Manejo Integral del Agua en Ecoaldeas — Clase magistral con Ricardo Vélez — Permacultor — Asesor de Proyectos Ecoaldeas; 3) 17/07: Conversatorio: Modelos

OBJETIVO

O objetivo da pesquisa é compreender como ocorrem os processos de construção de subjetividades contra-hegemônicas através das redes latino-americanas de ecoaldeias.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, por meio de estudo de caso centrado no ciclo de cinco lives públicas do grupo Namasteam. As gravações foram assistidas integralmente e analisadas com base em categorias temáticas construídas a partir da literatura e da observação empírica. Foram utilizados registros em diário de bordo e sistematização em categorias preliminares como: espiritualidade, tecnologias sociais, governança comunitária e reterritorialização.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA/ RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por falta de tempo e espaço, farei um breve resumo das lives e me deterei a analisar mais profundamente a terceira live, a partir de categorias como tecnologias sociais, espiritualidade ecológica, reencantamento do mundo e pedagogia da terra. Assim, na primeira live, Andrés Navarro, argentino, explanou sobre as ecotecnologias, dando destaque às particularidades de cada terreno para a construção de relações mais amigáveis com a natureza. Na segunda live, com Ricardo Vélez, mexicano, aprendemos sobre o cuidado e o manejo da água, ao mesmo tempo em que refletimos sobre as desigualdades sociais no acesso à terra e à água, ele destaca o princípio da sensibilidade, necessária para observar antes de interagir com a natureza, afirmando que não devemos ter a pretensão de urbanizar o campo a partir do uso de tecnologias comuns nas cidades, mas sim devemos nos adaptar ao estilo de vida que o campo suporta.

de Gestión para Ecoaldeas. Testimonios reales con Ecoaldeanos en Latinoamérica; 4) 20/07: Café Virtual: Acceso a la Tierra y Claves de Organización Social — Entrevista a expertos sobre organización legal y social; 5) 23/07: Agriculturas Ecoaldeanas — Clase Magistral con Mario Bonilla — Experto en Agricultura.

Na terceira live, “Modelos de Gestión para Ecoaldeas: testimonios reales con Ecoaldeanos en Latinoamérica”, ecoaldeanos de distintos territórios participaram contando suas experiências pessoais e coletivas, alguns deles foram Beatriz Arjona, que participou da criação e manutenção de diversas ecoaldeias na Colômbia, Carlos Rojas, membro da Aldea Feliz, na Colômbia, e Antonio Moretti, representante do Namasteam, da Argentina. Alguns pontos discutidos foram o estabelecimento de acordos de governança e propriedade da terra, e as tecnologias sociais de mediação de conflitos e convivência.

Em relação à propriedade da terra, destaca-se que é necessário verificar as vantagens e desvantagens de cada figura jurídica, sendo que a favorita das opções é a compra da terra em nome de uma associação ou cooperativa, destacando uma alternativa concreta à lógica privatista e individualizante. Entre as tecnologias sociais utilizadas, se adotam práticas de governança horizontal como a sociocracia, que apresenta ferramentas para a dimensão organizacional e tomada de decisões a nível comunitário, mas também para a gestão das emoções, a partir da comunicação não violenta, da justiça restaurativa e dos círculos de palavras. Além disso, apresentam algumas ferramentas materiais ecológicas, como a construção de casas ecológicas, painéis solares, filtros de água ecológicos, etc.

A minga/mutirão também ocupa um papel central na gestão do trabalho dentro das ecoaldeias e também revela uma tentativa de reencantamento do mundo, e a sociocracia contribui para essa prática ancestral ao trazer a figura do elder em vez do líder, que seria um sujeito que se dispõe a gerenciar a realização de alguma tarefa específica temporariamente, e depois retorna a sua posição de horizontalidade. Do mesmo modo, a educação popular toma a responsabilidade de reeducar o coletivo para a vida comunitária, transformando as subjetividades desses sujeitos.

Na quarta live, os participantes sublinharam alguns elementos considerados necessários para a organização ecoaldeana, sendo o primeiro deles o estabelecimento de acordos entre os conviventes. Também foi dito que é preciso observar os marcos regulatórios de cada país sobre projetos de construções e instalações em meios rurais, assim como observar as definições de cada grupo sobre bem-estar e mal estar, e que concessões estão dispostos a fazer para uma boa convivência comunitária.

Na quinta e última live, Mario Bonilla, da Colômbia, introduziu o tema das bioeconomias colaborativas, explicando que pretendem reduzir o impacto e a pegada ecológica na mãe natureza, respeitando também a bioética e, por fim, reafirmou a efetividade da metodologia da conversa solidária, da escuta de si mesmo e do outro para a gestão de conflitos relacionais. Assim terminou o ciclo inicial de lives, que foi acrescido de alguns outros encontros extraordinários sobre temáticas similares, e posteriormente iniciou-se o curso oficial de Diplomado en Ecoaldeas, para quem se inscrevesse e pagasse a taxa solicitada.

Considerando que o movimento das ecoaldeias, em geral, surge por oposição ao modelo hegemônico de relação com a natureza e produção de alimentos em larga escala e com o uso de substâncias agrotóxicas e organismos geneticamente modificados, compreendemos que a subjetividade contra-hegemônica nesse contexto se baseia na desconstrução desse padrão pautado na dicotomia entre humanidade e natureza, de acordo com as ideias de Arturo Escobar (2011), propondo uma epistemologia de equilíbrio e respeito pela natureza, o que se reflete também na produção alimentar, que passa a ser feita através de métodos como a agroecologia, permacultura e a agrofloresta, o que fica visível nas falas dos ecoaldeanos.

Percebe-se que a construção dessa subjetividade está também recuperando a memória ancestral dos povos originários a partir de filosofias tradicionais, como o bem viver, e ferramentas como a minga e os círculos de palavra, e também realizando um movimento de reterritorialização ao criar raízes nos territórios das ecoaldeias. O reencantamento do mundo resgata parte da espiritualidade relacionada à natureza e fortalece o tecido comunitário, e é realizado na maioria das vezes através da educação popular, a partir de oficinas formativas e também da própria experiência, conformando uma pedagogia da terra, que rompe com paradigmas modernos de conhecimento e propõe uma ecopedagogia prática, experiencial e enraizada (Gadotti, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÃO

A análise indica que as ecoaldeias latino-americanas não apenas desenvolvem práticas sustentáveis, mas conformam redes interepistemológicas que promovem modos de existência fundamentados na coletividade, no respeito à natureza e na ancestralidade. Ao constituírem subjetividades contra-hegemônicas, esses espaços atuam como núcleos de resistência e

reencantamento do mundo. Pesquisas futuras podem aprofundar o papel pedagógico dessas experiências na formação de novas ontologias e práticas de cuidado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRICULTURAS Ecoaldeanas desde las Bioeconomías Regenerativas. Youtube, Namasteam Org. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9dC0nNGk-E0> Acesso em: 28 de abr. 2025.

CAFÉ Virtual: Acceso a la Tierra y Claves de la Organización Social en ECOALDEAS!!! Youtube, Namasteam Org. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TeWnPTl0Duw> Acesso em: 10 de abr. 2025.

CLASE Magistral: Autosustentabilidad Energética para ECOALDEAS. Youtube, Namasteam Org. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WV5k5kDgLEA> Acesso em: 28 de mar. 2025.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra e Cultura de Sustentabilidade.** Revista Lusófona de Educação, 2005, 6, 15-29.

MASTERCLASS Manejo del Recurso Agua en Ecoaldeas. Youtube, Namasteam Org. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9OPr8fCaQiw&t=3638s> Acesso em: 20 de abr. 2025.

MODELOS de Gestión para ECOALDEAS. Youtube, Namasteam Org. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PkN-H8pJLk8> Acesso em: 26 de abr. 2025.

GÊNERO, LITERATURA E RESISTÊNCIA: "É ASSIM QUE ACABA" E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES NO BRASIL

DOI: 10.5281/zenodo.16220700

1. Ingrid Harmony Cabral da Silva
2. Cleuber Iguape Abidu Figueiredo
3. Dayane Lopes de Medeiros
4. Witalo Brenno Martins Acioli

1. Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGDH/UFPE). Advogada licenciada, graduada em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Servidora do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Pós-graduada em Violência contra as Mulheres e em Direito Penal e Processo Penal. E-mail: ingridharmonycabral@gmail.com;
2. Mestrando em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista CAPES. Especialista em Direito Homoafetivo e Gênero pela Faculeste. Pesquisador no Grupo de Pesquisa Direito e Sexualidade (UFBA/CNPQ). E-mail: cleuber.ig@gmail.com;
3. Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos na UFPE (PPGDH/PE) 2024. Bolsista Facepe. Graduada em Pedagogia (Licenciatura) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte — Lotação Centro de Ensino Superior do Seridó (UFRN/CERES) em 2023. E-mail: daymayaralopes@gmail.com;
4. Mestrando em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco. Pós-graduado em Direito do Trabalho e Previdência pelo Centro Universitário Tabosa de Almeida. E-mail: witaloacioli@gmail.com.

Palavras-chave: Violência doméstica; Mulheres; Ciclo da Violência; Direitos Humanos.

Introdução: A violência contra mulheres exsurge de bases sólidas, antigas e profundas. Calcada na misoginia, no machismo e na cultura patriarcal, tal modalidade de agressão encontra espaço nos mais variados ambientes, não importando critério social, etário ou territorial. No Brasil, tal problemática encontra respaldo legal-protecionista na Lei nº 11.340/06, também conhecida como Lei Maria da Penha. Na literatura, vislumbra-se a obra "É assim que acaba", de autoria da norte-americana Colleen Hoover, a qual retrata aspectos da violência doméstica contra a mulher, em especial os seus mecanismos de cometimento, ao que se chama Ciclo da Violência. Tal termo, criado pela psicóloga Lenore Walker, exemplifica as fases de agressões vivenciadas pelas mulheres. Ademais, a obra traz à tona temáticas como a violência transgeracional e a importância de romper tal Ciclo. **Objetivos:** Determinar qual a relação entre a permanência no Ciclo da Violência e a (in)efetividade dos órgãos estatais de proteção no Brasil. **Metodologia:** Para isso, utilizar-se-á o estudo de natureza exploratória. Quanto à abordagem, utilizar-se-á o tipo misto, por meio de dados fornecidos pelo Instituto de Pesquisa DataSenado, compilados na "Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher", publicada em 2023, para análise acerca da credibilidade do sistema estatal de proteção. Quanto ao procedimento, far-se-á uso da pesquisa bibliográfica em livros e periódicos relacionados ao tema, nas plataformas Scielo, Google Acadêmico e Portal CAPES para construção do aporte teórico. **Resultados:** Ao final, espera-se que à luz dos dados empíricos e da teoria do Ciclo da Violência, seja possível inferir as fragilidades dos mecanismos estatais de enfrentamento à

violência doméstica. Busca-se revelar como a manutenção do Ciclo da Violência é, muitas vezes, alimentada por respostas institucionais ineficazes, que falham em garantir proteção integral às vítimas. Espera-se, ainda, que o estudo ressalte a potência da literatura como instrumento de denúncia, conscientização e resistência frente às violências naturalizadas no ambiente doméstico. **Considerações finais:** Conclui-se que a literatura pode operar como ferramenta crítica e transformadora ao dialogar com experiências reais de mulheres em situação de violência, promovendo reflexões acerca das estruturas sociais que perpetuam tais abusos. Ao abordar o Ciclo da Violência e suas manifestações no cotidiano, a obra de Hoover possibilita o enfrentamento de estigmas e a promoção de debates que extrapolam os limites da ficção, encontrando eco na realidade brasileira. Assim, o entrelaçamento entre gênero e literatura revela-se fundamental na luta por políticas públicas mais eficazes e sensíveis à complexidade da violência doméstica contra mulheres.

A HETEROSSEXUALIDADE COMPULSÓRIA COMO SISTEMA DE OCULTAMENTO DA VISIBILIDADE LÉSBICA

DOI: 10.5281/zenodo.16221619

1. Juliana Goyeneche Sobreira
2. Valéria Beatriz Teles de Souza

1. Centro Universitário Fametro, Manaus, Amazonas, Brasil;
2. Faculdade Santa Teresa, Manaus, Amazonas, Brasil.

Resumo: O presente estudo teve como objetivo investigar como a heterossexualidade compulsória impacta na invisibilidade social das lesbianidades. A pesquisa foi realizada a partir de um delineamento metodológico de abordagem qualitativa e objetivos exploratórios. A revisão da literatura viabilizou a constatação de que o modo como a heterossexualidade se desvela nos dias de hoje supera noções de identidade e opera como um sistema de invisibilização de modos não-heterocentrados de desejo, estabelecendo-se como compulsória por meio de um conjunto de discursos e mecanismos que naturalizam a heterossexualidade como única forma legítima de vivência da sexualidade.

Palavras-Chave: Heterossexualidade Compulsória; Invisibilidade; Lésbica.

INTRODUÇÃO

A invisibilidade lésbica constitui uma realidade persistente na sociedade ocidental contemporânea. Mulheres lésbicas enfrentam, ainda hoje, uma marcada irrepresentatividade nos mais diversos espaços sociais, evidenciada tanto na produção acadêmica quanto nos próprios coletivos de defesa da diversidade sexual. Nesse contexto, a invisibilização da homossexualidade feminina apoia-se em normas sociais que impõem a heterossexualidade como a única forma legítima de vivência da sexualidade, funcionando como um discurso regulador e naturalizado que reforça a marginalização das lesbianidades.

Apesar dos avanços nas discussões sobre diversidade sexual, observa-se uma escassez de estudos voltados especificamente às experiências lésbicas, o que evidencia a necessidade de ampliar a produção de conhecimento nesse campo. A relevância deste estudo para a sociedade reside, portanto, na urgência de romper com o silenciamento que incide sobre as lesbianidades,

fortalecendo sua presença na academia e nos espaços sociais como forma de enfrentamento à sub-representação.

No que tange às contribuições à comunidade acadêmica, esta pesquisa pretende fomentar o debate e a visibilidade da problemática levantada, favorecendo o desenvolvimento de novas investigações sobre o tema.

OBJETIVO

A presente pesquisa teve como objetivo compreender os impactos da heterossexualidade compulsória na invisibilidade lésbica por meio de uma análise narrativa da literatura disponível. Para atingir tal objetivo, buscou-se esclarecer o conceito heterossexualidade compulsória, a fim de identificar os mecanismos discursivos e sociais que contribuem para a invisibilidade das experiências lésbicas. Além disso, pretendeu-se evidenciar como as convicções naturalizadas sobre a sexualidade podem reforçar essas dinâmicas de invisibilização.

METODOLOGIA

O presente estudo empregou uma abordagem de investigação qualitativa. De acordo com Minayo (2009), a pesquisa qualitativa se ocupa com o domínio das significações, motivações, convicções, princípios e condutas, o que representa uma dimensão da realidade que não é passível de quantificação ou condensação em variáveis operacionalizadas. Para realizar esta pesquisa, foram adotados objetivos exploratórios que, conforme Gil (2002), buscam promover uma compreensão mais aprofundada da problemática, com o propósito de torná-la mais evidente ou de possibilitar a formulação de hipóteses.

A coleta de dados para o desenvolvimento deste estudo realizou-se através da pesquisa bibliográfica em livros de referência acerca do tema e artigos científicos disponíveis em meio digital nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico. A busca foi operacionalizada por meio dos unitermos “Lésbica”, “Heterossexualidade Compulsória” e “Invisibilidade lésbica”. Além disso, foram incluídos na investigação uma monografia e um artigo publicado em anais de evento, por se mostrarem pertinentes à temática abordada. Conforme Severino (2007), esta

realiza-se com base nos materiais disponíveis, oriundos de estudos preliminares, empregando dados ou teorias previamente apuradas por outros pesquisadores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A heterossexualidade, termo utilizado para designar a atração sexual entre pessoas do gênero estritamente oposto, é compulsória. Tal compreensão parte do fato de que a sociedade, com o emprego da violência, impõe a heterossexualidade como o único modo apropriado, sadio e admissível de vivenciar a sexualidade (Colling, 2018). Nesse sentido, a heterossexualidade compulsória se ampara em convicções que a concebem como natural e biologicamente determinada. De acordo com Canciani e Ghisleni (2018) o discurso biologizante de naturalização de condutas específicas é, invariavelmente, uma tática de dominação, tendo em vista que, supostamente, não existiriam argumentos possíveis para sua contestação.

De acordo com Silva e Jardim (2022), categorizações estanques acerca do normal situam a diferença na subalternidade, onde aqueles que não se adequam ao modelo dominante são tidos como inadequados e sofrem exclusão, rejeição e invisibilização sistematizada. Dentro dessa perspectiva, Canciani e Ghisleni (2018) apontam que revelar o aspecto compulsório da heterossexualidade possibilita evidenciar a invisibilidade impelida às lesbianidades.

A invisibilidade atua como uma forma de violência que incide sobre a subjetividade dos indivíduos, operando para o seu apagamento e prejudicando diversos aspectos da vida social (Alves, 2023). Nesse contexto, Martins (2019) observa que a invisibilidade lésbica é sustentada pelo sistema da heterossexualidade compulsória. Segundo Silva e Jardim (2022), esse sistema funciona como um dispositivo que deslegitima todas as formas de existência que subvertam, de alguma forma, o modelo binário e heterossexual de desejo. Assim, tornar a perspectiva lésbica incompreensível para a cultura e operar para a sua invisibilidade constitui-se em uma das manobras de salvaguarda de heterossexualização das mulheres (Silva; Jardim, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo pretendeu analisar como o sistema da heterossexualidade compulsória impacta na invisibilidade lésbica. Para atingir esse objetivo, conduziu-se uma

revisão narrativa da literatura, em um processo investigativo de abordagem qualitativa e objetivos exploratórios.

Com base no estudo realizado, constatou-se que o modo como a heterossexualidade se apresenta nos dias de hoje ultrapassa meras noções de identidade sexual, atuando como um sistema de invisibilização de orientações não-heterocentradas. Tal consideração parte da observação de que o modelo heterossexual se impõe como norma por meio de um sistema naturalizador da heterossexualidade que opera na deslegitimação de modos dissidentes de desejo.

Finalmente, considerando a atual lacuna em pesquisas e a pertinência da abordagem do tema em todos os setores sociais para erradicar a invisibilidade lésbica, enfatiza-se a relevância da realização de novos estudos para o progresso do debate científico acerca do assunto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, R. L. V. **"É sobre retirar nossa existência da invisibilidade"**: o curso teorias feministas e lesbianidades como ferramenta elucidadora da visibilidade lésbica. 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre mulheres, gêneros e feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/37330/1/RAISSA_ALVES_DISSERTACAO.pdf Acesso em: 4 mai. 2025.

CANCIANI, P.; GHISLENI, P. C. Desfazer o natural, desnaturalizar o feito: a heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. In: CONGRESSO BIOPOLÍTICA E DIREITOS HUMANOS, 1., 2018, Ijuí. **Anais** [...]. Ijuí: Unijuí, 2018. n. p. Disponível em: https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/conabipodihu/article/view/9323. Acesso em: 5 mai. 2025.

COLLING, L. **Gênero, sexualidade e educação.** Salvador: UFBA, 2018. *Ebook.*

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, L. P. Uma análise Lésbica-Feminista sobre a Heterossexualidade Compulsória. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá, v. 2, n. 4, p. 115-120, dez., 2019. Dispoível em: https://revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/article/view/386/247 Acesso em: 4 mai. 2025.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. *In:* MINAYO, M. C. S (org.); DESLANDES, S. F; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 9-29.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, E. S.; JARDIM, N. F. R. Heterossexualidade compulsória e protagonismo lésbico no romance Controle, de Natalia Borges Polesso. **Crioula**, São Paulo, n. 30, p. 168-191, set./out. 2022. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/200633 Acesso em: 5 mai. 2025.

REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA: UM OLHAR SOBRE OS AVANÇOS E DESAFIOS DAS ESTRATÉGIAS DE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO

DOI: 10.5281/zenodo.16221682

1. Maycon Leandro da Conceição

1. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.

Resumo: Esta pesquisa visa analisar as políticas públicas de saúde mental, destacando as experiências das estratégias de desinstitucionalização das pessoas egressas dos hospitais psiquiátricos e dos manicômios judiciários. Buscamos diálogos em torno das práticas de cuidado e saberes no âmbito do processo de saúde-adoecimento, as mudanças política-institucionais para serviços mais humanizados, problematizações das (re)produções manicomiais, biomedicalização e os conflitos do direito à cidade. Assim, partimos dos pressupostos de que as cidades são dimensões socioespaciais de encontros, sociabilidades e como também de precarização, violências e iniquidades. Trata-se de uma etnografia realizada na Atenção Psicossocial em São Paulo-SP, enfatizando o cuidado em interseccionalidade com gênero e raça. Conclui-se, ações de contrarreforma psiquiátrica, acirrados pela ascensão das Comunidades Terapêuticas, disputa pelo fundo público e de territórios e direitos desiguais sob hegemonia neoliberal.

Palavras-Chave: Desinstitucionalização; Políticas Públicas de Saúde Mental; Reforma Psiquiátrica; Movimento da Luta Antimanicomial; Resistência Antimanicomial.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o modelo manicomial produziu privação de liberdade, estigmatização, controle e exclusão da loucura na vida social por meio do isolamento terapêutico, que gerou a institucionalização da loucura e violações de direitos humanos. Atualmente, o protagonismo do movimento antimanicomial ainda é crucial para questionamentos do saber biomédico, críticas à psiquiatrização, assujeitamento e produção de subjetividade e subjetivação. Nesse sentido, destacamos as ações emancipatórias da inclusão pelo trabalho, arte-cultura, militância política, tecnologias psicossociais e da ocupação urbana (Amarante; Torre, 2018).

A Reforma Psiquiátrica iniciou seu percurso no final da década de 1970 e início de 1980, no contexto da mobilização dos novos movimentos sociais que reivindicam dos direitos

políticos, civis e sociais, especialmente da restauração do regime do Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, constitui-se por um campo complexo, disputas de relações de poder, transversalidades de saberes, engendrados em quatro eixos proposto por Amarante e Torre (2018) e Yassui (2010), sendo: (i) teórico-conceitual ou epistemológica; (ii) política-jurídica; (iii) sociocultural e (iv) técnico assistencial, que se entrelaçam em consensos, rupturas, conflitos e negociações entre o Estado e participação da sociedade civil como usuários, familiares, militantes e movimentos sociais.

No âmbito dos eixos político-jurídico e técnico-assistencial nasce as estratégias de desinstitucionalização das pessoas egressas dos hospitais psiquiátricos e Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Nesse contexto, um marco legislativo crucial ocorreu com a promulgação da Lei Federal nº 10.708 (Brasil, 2003), responsável pelas diretrizes de desospitalização associados ao Programa de Redução de Leitos, visando o cuidado em liberdade em território aberto por meio dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs), moradias inseridas nas cidades e também a regulamentação do auxílio-reabilitação Programa de Volta para Casa, no valor mensal de 500,00 reais e outros benefícios assistenciais à pessoa com deficiência da Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS. Os SRTs são moradias assistidas, de natureza permanente ou por períodos transitórios, registradas no Conselho Nacional de Estabelecimento de Saúde e sob responsabilidade de um Centro de Atenção Psicossocial e atuando em conjunto com a Atenção Básica de Saúde.

OBJETIVO

O objetivo central da pesquisa é compreender os avanços e desafios da Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. Os objetivos específicos são:

(I) compreender as estratégias de desinstitucionalização na rede de saúde mental em Campinas e São Paulo através da dimensão da política, gestão e cuidado integral à saúde;
(II) analisar a reforma psiquiátrica brasileira através da perspectiva dos trabalhadores, usuários(as) e gestores dos serviços, tentando privilegiar a concepção do cuidado em liberdade atrelados com interlocução com a interseccionalidade de gênero, raça, classe, envelhecimento e juventude.

METODOLOGIA

Esta pesquisa debruça em tais procedimentos: i) etnografia multilocal desenvolvida na Rede de Atenção Psicossocial, desde 2022; ii) compilação de materiais normativos das políticas públicas em interface com o Programa de Volta para Casa, movimentos sociais e micropolíticas, através de um olhar pluridisciplinar e com os marcadores de gênero, raça, classe e religião; iii) entrevistas semiestruturada com os trabalhadores e usuários. Os dados foram sistematizados por meio da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), dando ênfase em discursos das vivências do sofrimento psíquico e resistências. Assim, abordaremos três eixos: 1- Percepções das práticas de cuidado por meio de subjetividades, afetos, escuta e relações socioculturais; 2- Desafios e potencialidades da financeirização dos serviços, judicialização, neoliberalismo e o cuidado em liberdade, que (re)produzem violências e subjetivação; 3- Os itinerários possíveis para a mobilidade urbana dos egressos em instituições privativas de liberdade.

Este estudo etnográfico teve como componente no uso de diferentes recursos metodológicos: (i) etnografia multilocal desenvolvida nos serviços de saúde mental, iniciada em 2022 nos CAPS e SRTs, destinado às estratégias de desinstitucionalização dos egressos das "instituições totais" (Goffman, 2015); (ii) compilação e análise de materiais secundários, tais como documentos oficiais e periódicos produzidos pelas políticas públicas de drogas; (iii) entrevistas semiestruturada realizada com os usuários e trabalhadores de saúde. A análise dos resultados do trabalho se deu pelos pressupostos da desinstitucionalização e políticas públicas. Os dados foram sistematizados por meio da técnica de pesquisa de Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), com base em saberes e práticas de biopoder, corpo e subjetividades.

Ao analisar as estratégias do cuidado à saúde e o adoecimento psíquico por meio da perspectiva dos usuários, abre espaço de como os direitos são vivenciados no cotidiano, impactados em conflitos de espaços, leis, regras, interesses e violências (Bourdieu, 2004). Para fazê-lo, utilizamos a ferramenta analítica da interseccionalidade, atravessadas por relações poder, corpo, instituições, subordinação/sujeição e, sobretudo, dando ênfase aos marcadores da diferença como gênero, raça, etnia, classes sociais, sexualidade, deficiência física e mental, status de cidadania, territorialidade e categorias intergeracionais que moldam identidades e os sujeitos nas sociedades neoliberais (Brown, 2019; Butler, 2020).Por fim, a pesquisa foi

aprovada pelos Comitês de Ética em Pesquisa do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), instituição proponente, e da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, instituição coparticipante, sob os números CAAE 5478.8121.8.00005504 e 54781221.8.0086, respectivamente.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA/ RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa utiliza do arcabouço teórico-metodológico do direito à cidade e relações étnico-raciais sob a ótica da Ciência Política e promoção de igualdade das pessoas negras, destacamos os desdobramentos do racismo, violências, vulnerabilidades e exclusão sociopolítica impactam no adoecimento psíquico. Os resultados apontam uma invisibilidade da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra na esfera político institucional nos serviços e direito à cidade, considerados ações de reconhecimento da diversidade racial e emancipação. Por fim, almejamos contribuir para o debate das lutas antirracistas e resistência antimanicomial em interface ao Movimento da Luta Antimanicomial, resultando em práticas de cuidado integral e mudanças das instituições.

Como resultado dos dados, notou-se um retrocesso da garantia de direitos e mudança de paradigma no âmbito da saúde pública envolvendo as drogas, engendrados por violências do Estado e pela sociedade entrelaçados com os marcadores de gênero, raça, classe, gênero e direito à cidade (Lefebvre, 2001). Outrossim, no que diz respeito à assistência psicossocial, pode-se dizer uma ascensão das instituições de controle social como as CTs, diferentemente do que é mais comumente difundido, não se trata primordialmente de uma busca pela conversão religiosa dos sujeitos, mas de violações de direitos humanitários. Para os profissionais de saúde mental há a confirmação do retorno das instituições privativas de liberdade sob a égide do neoliberalismo e um movimento de contrarreforma. Por fim, conclui-se a existência de um movimento de (re)manicomialização das políticas sociais, ascensão das internações compulsórias através da expansão das Comunidade Terapêuticas, violências e estigmatização dos usuários nos territórios e desafios da inclusão social previsto pela desinstitucionalização por meio do trabalho, educação e movimentos artísticos e culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcorrer de mais três décadas de reforma psiquiátrica, é notório os avanços do modelo biopsicossocial, consolidando em projetos emancipatórios, luta antiproibicionista e serviços de base comunitária e no território. Todavia, a partir de 2016, temos acompanhado o desmonte das políticas e (re)manicomialização (Passos, 2020). Os desafios trazidos pelas mudanças das políticas-institucionais entrelaçam com as desigualdades sociais, espaços-territórios desiguais, engendrados em negligências e estigmas que acentuam o sofrimento dos citadinos. Sendo assim, para sustentar cuidados antimanicomiais atuais, é necessário problematizar as inquietações do neoliberalismo, cidadania, cidades e dos enfrentamentos do racismo, LGBTfobia, da biomedicalização da vida e das práticas manicomiais nos serviços de base comunitária na Rede de Atenção Psicossocial, que produzem silenciamentos e aniquilamentos também no cuidado em liberdade, sobretudo, recaídos nos corpos das pessoas com experiências de sofrimento e/ou usos de substâncias psicoativas. Por fim, para nossos interlocutores há o retorno do modelo asilar e a precarização dos serviços.

Financiamento: Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amarante, P; Torre, E. “De volta à cidade, sr. cidadão” — reforma psiquiátrica e participação social: do isolamento institucional ao movimento antimanicomial. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 52(6): 1090-1170, nov. dez. 2018.
Bardin, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

Brasil. **Lei n. º 10.708, de 31 de julho de 2003**. Institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 1 ago. 2003.

Bourdieu, P. **Para uma sociologia da ciência**. Tradução de Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2004.

Butler. J. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

Brown, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

Goffman, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva; 2015.

Lefebvre, H. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

Passos, R. G., et.al. Comunidades terapêuticas e a (re)manicomialização na cidade do Rio de Janeiro. **Argumentum**, 12(2), 125–140, 2020.

Yasssui, S. **Rupturas e encontros**: desafios da reforma psiquiátrica brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010

MÍDIA, CONTROLE SOCIAL E NECROPOLÍTICA: APONTAMENTOS SOBRE A ESPETACULARIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA URBANA

DOI: 10.5281/zenodo.16221736

1. Elisa Gutierrez Correa
2. Matheus Guimarães de Barros

1. Graduanda em Jornalismo pelo Centro Universitário Academia, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil;
2. Doutorando em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Palavras-Chave: Jornalismo; Segurança Pública; Punitivismo Midiático; Necropolítica.

Introdução: O presente trabalho investiga o papel da mídia jornalística na (re)produção de discursos e imagens que legitimam e justificam o controle armado de determinados grupos sociais, naturalizando a violência seletiva e autoritária do Estado. **Objetivo**: Busca-se, com isso, contribuir para o aprofundamento de debates que conectam jornalismo e segurança pública, destacando os impactos de reportagens jornalísticas na configuração de uma política estatal de morte e de militarização urbana empregada contra territórios de favelas e periferias por todo o Brasil. **Metodologia**: Trata-se de uma pesquisa qualitativa e interdisciplinar, amparada numa revisão da literatura pertinente, bem como na análise de jornais de grande circulação nacional. A fundamentação teórica do trabalho relaciona crítica midiática e estudos anticoloniais, dando especial atenção aos conceitos de punitivismo midiático e necropolítica. **Discussão**: Os meios de comunicação de massa, em particular os jornais de grande circulação, possuem um certo caráter "hipodérmico", tendo em vista a sua capacidade de influência sobre o público, de injetar-lhe narrativas e emoções, de estabelecer regimes de verdade. Apesar de não ser absoluta, essa capacidade ganha força quando respaldada por crenças e valores historicamente consolidados na cultura do país. O racismo e o elitismo estruturais, legados do colonialismo e da escravidão, e robustecidos por um sistema capitalista dependente, com longos períodos ditatoriais, alicerçam a espetacularização jornalística da violência urbana no Brasil. Com isso, a pauta da segurança pública se transforma num veículo de disseminação do ódio a minorias raciais e de classe, assim como de reivindicação de medidas penais cada vez mais duras e repressivas em face de corpos e espaços rotulados "inimigos". **Conclusão**: Portanto, conclui-se que o jornalismo hegemônico, ao assumir um punitivismo midiático, acaba se tornando um ator importante para a continuidade e o acirramento de políticas de segurança pública baseadas no terror de Estado. Tais políticas bélicas, por sua vez, não abarcam o conjunto da sociedade, mas restringem a sua incidência em grupos e territórios empobrecidos e racializados nas cidades, alimentando a segregação urbana, as desigualdades socioeconômicas e a supremacia branca.

PROIBIÇÃO AO RETROCESSO: ANÁLISE DO PROJETO DE LEI 5167/09 E SEUS IMPACTOS SOBRE OS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ NO BRASIL

DOI:

1. Cleuber Iguape Abidu Figueiredo
2. Dayane Lopes de Medeiros
3. Witalo Brenno Martins Acioli
4. Ingrid Harmony Cabral da Silva

1. Mestrando em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista CAPES. Especialista em Direito Homoafetivo e Gênero pela Faculeste. Pesquisador no Grupo de Pesquisa Direito e Sexualidade (UFBA/CNPQ);
2. Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos na UFPE (PPGDH/PE) 2024. BOLSISTA FACEPE. Graduada em PEDAGOGIA (LICENCIATURA) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte — Lotação Centro de Ensino Superior do Seridó (UFRN/CERES) em 2023;
3. Mestrando em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco. Pós-graduado em Direito do Trabalho e Previdência pelo Centro Universitário Tabosa de Almeida;
4. Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGDH/UFPE). Advogada licenciada, graduada em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Servidora do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Pós-graduada em Violência contra as Mulheres e em Direito Penal e Processo Penal.

Palavras-Chave: Direitos Humanos; Casamento homoafetivo; Direito ao não retrocesso.

Introdução: O Supremo Tribunal Federal reconheceu o casamento de pessoas do mesmo sexo desde 2011, quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, sob a égide da proibição do preconceito, do princípio da dignidade da pessoa humana, do direito á busca da felicidade. A Constituição de 1988, ao utilizar-se da expressão "família", não limita sua formação a casais heteroafetivos, e de acordo com o modelo kelseniano de "norma geral negativa", o que não é juridicamente proibido, é permitido. Contudo, o Projeto de Lei 5167/09, que busca proibir esta união, por motivos puramente falso moralistas, vai em desencontro à Suprema Corte, à Carta Magna e ao movimento social e político que o Brasil apresenta. **Objetivo:** Este trabalho é um resumo de uma pesquisa em andamento que busca analisar o projeto de lei que pretende proibir qualquer união de pessoas do mesmo sexo, mesmo depois do entendimento de 2011 do Supremo Tribunal Federal viabilizando o casamento homoafetivo. **Metodologia:** Neste presente trabalho, foi utilizada a revisão bibliográfica baseada na Pesquisa Documental e a Pesquisa Bibliográfica (Heerdt, 2007) com o método de abordagem dedutivo-indutivo, visto que parte-se de uma ideia geral — proibição do retrocesso e consolidação da garantia ao direito fundamental — para a análise de uma realidade concreta: a proibição do casamento homoafetivo no Brasil. A coleta de dados foi o site oficial da Câmara dos Deputados, onde ficam o inteiro teor dos projetos de lei analisados e o andamento dos projetos nas Casas Legislativas. **Fundamentação teórica/ Resultados e discussão:** Desde 2011, o Supremo Tribunal Federal já havia reconhecido a união entre pessoas do mesmo sexo quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e da Arguição de

Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132. O projeto de lei PL 5167/09, de autoria dos ex-deputados Capitão Assumção e Paes de Lira, propõe alteração ao art. 1.521 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Em seu artigo segundo, o projeto propõe adicionar um parágrafo ao artigo 1.521, ditando que nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode equiparar-se ao casamento ou a entidade familiar. **Considerações finais/ Conclusão:** O PL 5167/09 está totalmente contrário à jurisprudência do STF e à Constituição Federal de 1988, violando assim o direito de casais homoafetivos existirem, desta forma, protegendo o direito ao não retrocesso, este projeto não deverá lograr êxito, superando-o com o seu arquivamento.

RETRATAR, REINICIAR E RETERRITORIALIZAR: DESCOLONIZANDO PELO AFETO A EXPERIÊNCIA DIGITAL ALGORITMICAMENTE CONFIGURADA

DOI: 10.5281/zenodo.16229333

1. Lia Beatriz Teixeira Torraca
2. Edna Lúcia Tinoco Ponciano

1. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
2. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Resumo: A crise de COVID-19 evidenciou desafios de uma vida desterritorializada, conforme Pierre Lévy entende os processos de virtualização dos corpos, sejam eles de sujeitos ou objetos. Embora a virtualização permita a criação e manifestação de novas formas de afetos, os desafios emergem de um roteiro configurado algoritmicamente pelas plataformas de mídia social, responsáveis por um novo modelo de poder estabelecido a partir da modulagem perceptiva e calibragem afetiva do sujeito/usuário. O padrão comportamental do sujeito/usuário é o principal dado capturado artificialmente para alimentar os sistemas de configuração algorítmica das plataformas de mídias sociais. A regência dos algoritmos por meio do extrativismo digital revela a atualização da estética colonialista, denonimada por Nick Couldry e Ulises Mejias como *data colonialism.* Com base em uma pesquisa qualitativa, buscamos compreender a experiência de jovens usuários na plataforma *Instagram*, com o objetivo de construir e oferecer estratégias descolonizadoras a partir da investigação sobre a atuação dos afetos nas relações gerenciadas por algoritmos. Por meio de grupos de discussão com jovens, participantes e atendidos pelo laboratório DERA-UERJ, pretende-se reconhecer e construir estratégias articuladas à experiência fotográfica e às novas formas de produção de imagens. Será apresentada proposta de educação, financiada pela FAPERJ, voltada para o visual digital, e ancorada na Teoria dos Afetos de Silvan Tomkins, como suporte teórico-metodológico, em associação ao método fenomenológico de Maurice Merleau-Ponty.

Palavras-Chave: Afeto; Fotografia; Colonialismo de Dados; *Instagram*.

INTRODUÇÃO

Se a primeira crise pandêmica do século XXI nos surpreendeu com uma infinidade de dúvidas, ela evidenciou uma certeza: passamos a viver virtualmente nossas crises. São novas formas de produzir imagens e construir realidade a partir da desterritorialização do sujeito, conforme Pierre Lévy (2017) entende o processo de virtualização de sujeitos e objetos. Este processo se reflete na criação de múltiplas afetividades e na abertura de novos quadros de

vulnerabilidade gerados algoritmicamente, responsável por uma nova forma de controle social, caracterizada pela atualização da estética colonialista. São as projeções dos padrões afetivos dos usuários nas plataformas de mídias sociais que retroalimentam uma cadeia de programações, revelando-se verdadeira rede de afetos. Essa conexão é gerenciada por interesses, privados e/ou públicos, e modelada pelo extrativismo digital. Um fenômeno nomeado por Nick Couldry e Ulises Mejias de *data colonialism* (2019), responsável por capturar regimes democráticos e imprimir um novo alinhamento político em nível global.

Esta pesquisa propõe a reprogramação de padrões comunicativos na plataforma *Instagram* como alternativa descolonizadora para a experiência de jovens usuários nesses espaços, fundamentada em estudos sobre percepção, afeto e imagem e articulada por meio da experiência fotográfica e as novas formas de produzir imagem. Uma proposta que busca entender o comportamento dos jovens usuários na plataforma *Instagram* e dos afetos que emergem nas relações comunicativas deste público nesses espaços. Uma proposta desenvolvida junto aos integrantes e ao público atendido pelo Laboratório DERA-UERJ, sob a supervisão da Professora Edna Ponciano, a partir da experiência fotográfica e das novas formas de produzir imagens. Um projeto financiado pela FAPERJ, ancorado na Teoria do Afeto desenvolvida por Silvan Tomkins, tanto como suporte teórico quanto referencial metodológico, associado ao método fenomenológico Merleau-Pontyano.

OBJETIVO

Este projeto de pesquisa tem como objetivo compreender a experiência de jovens na plataforma *Instagram*, buscando construir e oferecer estratégias para a descolonização das experiências desses jovens usuários. Uma pesquisa qualitativa estruturada a partir da investigação da atuação dos afetos nas relações algoritmicamente gerenciadas por esse modelo de negócio. Uma proposta articulada a partir da experiência fotográfica e das novas formas de produzir imagem que fazem parte do espectro da Pós-Fotografia.

METODOLOGIA

Com base em uma pesquisa qualitativa, pretendemos associar dois métodos de pesquisa: o método fenomenológico Merleau-Pontyano e a metodologia proposta por Silvan Tomkins, relacionada às manifestações dos afetos. A partir desta associação metodológica,

acreditamos seja possível encontrar novas formas de descolonizar a experiência do sujeito/usuário e as relações estabelecidas no *Instagram*, e outras mídias sociais com regime estético semelhante, considerando que essa plataforma é um espaço radicalmente imagético, originalmente pensado como *medium* para compartilhamento de experiências fotográficas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA / RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto de pesquisa é fundamentado nos conceitos de virtual de Pierre Lévy (2007), afeto neutro de Silvan Tomkins (1962; 1963; 2020), e *data colonialism* de Nick Couldry e Ulises Mejias (2019). Uma proposta pensada a partir da experiência fotográfica e as novas formas de produzir imagem. Segundo Lévy, a virtualização implicaria a desterritorialização do corpo, seja do sujeito ou do objeto, abrindo a possibilidade de erigir quadros coletivos da sensibilidade, intrinsecamente vinculados à percepção (2007, p. 107). Os afetos, segundo Lévy, seriam responsáveis por atualizar o virtual e fazer eclodir novos tipos de afetos, o que Lévy considera como inventividade afetiva (Ibid., p. 108), capaz de promover a *reterritorialização* dos corpos e das relações a partir de uma nova sensibilidade estética, na qual o afeto neutro ganha protagonismo, de acordo com a Teoria dos Afetos de Silvan Tomkins. Surpresa, segundo Tomkins, é o único afeto neutro, atuando como um *reset button*, capaz de reiniciar as experiências estéticas do sujeito para criar outras experiências e formular novas imagens, produzir outra realidade. O afeto surpresa agiria como o afeto reiniciador, que nesta proposta de pesquisa é o elemento observado e analisado nas relações configuradas algoritmicamente, capaz de alterar padrões e reprogramá-los, além de recalibrar a organização afetiva do usuário. O afeto neutro seria o *medium* capaz de reiniciar nossa experiência estética virtual e interferir no regime colonizador imposto pelas mídias sociais, conforme Nick Couldry e Ulises Mejias nomearam o fenômeno do extrativismo digital, característico da atualização do modelo colonialista, o *data colonialism.*

Descolonizar as experiências dos usuários dessas plataformas passa pela reprogramação dos padrões comunicativos nesses espaços. Uma possibilidade criada por intermédio do acoplamento dos afetos neutros articulados algoritmicamente, ou seja, o acoplamento dos afetos complexos (TORRACA, 2024). Os afetos complexos são os afetos neutros virtualizados, termo inspirado pelo Pensamento Complexo de Edgar Morin (2015). Ao sofrerem a interferência de algoritmos, sejam algoritmos mediadores ou generativos, os afetos complexos

assumem duas modalidades: afetos virtuais e afetos artificiais (TORRACA, 2024). O acoplamento do afeto virtual, aquele manifestado na mediação dos algoritmos que atuam em plataformas como o *Instagram;* e o afeto artificial, aquele gerado na interação entre sujeito e o algoritmo generativo de imagem (Ibid.), permitiria ao usuário reiniciar sua experiência estética nessas plataformas. Este reinício significa reescrever seu roteiro, modificar suas imagens, recriar o mundo percebido, o que é a tradução dos processos descolonizadores. Uma possibilidade gerada a partir da alteração dos afetos sobre a imagem projetada e a interferência nas relações algoritmicamente programadas. Estratégia criada por intermédio das novas formas de produzir imagem, de pensar a Fotografia, de vivenciar as experiências estéticas, de conhecer e compreender os afetos a partir dos processos de virtualização para, então, poder produzir estratégias que consigam proteger o usuário de mídias sociais, como a plataforma *Instagram.* Uma alternativa para além das mídias sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto "Retratar, Reiniciar e Reterritorializar: descolonizando pelo afeto a experiência digital algoritmicamente configurada", financiado pela FAPERJ, busca oferecer alternativas para a descolonização da experiência do jovem sujeito/usuário da plataforma *Instagram* e, portanto, a emancipação deste público, considerando sua condição de vulnerabilidade diante da incompletude de seu desenvolvimento psíquico. Uma proposta desenvolvida junto aos integrantes e público atendido pelo DERA-UERJ. Uma alternativa que pretende promover a educação para o visual digital, cada vez mais configurado algoritmicamente pelas plataformas de mídia social. Partindo da observação sobre a intensificação da complexidade gerada na interação entre sujeito e algoritmos e no acoplamento entre duas modalidades de afeto complexo, e da potência descolonizadora deste acoplamento, acreditamos seja possível construir experiências estéticas que promovam a emancipação do jovem sujeito/usuário *instagramável*, além de gerar novos padrões de comunicação para além desta mídia social, ainda regida por protocolos obscuros e responsáveis por embaçar e formatar a percepção dos jovens usuários. Um modelo de negócio que imprime a atualização da estética colonialista, responsável por configurar perceptiva e afetivamente seus usuários, integrados em uma complexa conexão de dados e redes de afetos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COULDRY, N. e MEJIAS, U. **The Costs of Connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalismo.** Stanford: Stanford University Press, 2019.

LÉVY, P. **O que é o virtual?** São Paulo, Editora 34, 2007.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo.** 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

TOMKINS, Silvan. **Affect Imagery Consciousness** – Volume I – The positive affects. New York, Springer Publishing Company, 1962.

___. **Affect Imagery Consciousness** – Volume II – The negative affects. New York, Springer Publishing Company, 1963.

TORRACA, L. **Antropofagia Afetiva: a colonização dos afetos complexos.** Convergências: Estudos Em Humanidades Digitais, 1(04), 1–21. https://doi.org/10.59616/cehd.v1i4.957

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA: HISTÓRIA E PERSPECTIVAS FUTURAS

DOI: 10.5281/zenodo.16229395

1. Dayane Lopes de Medeiros
2. Witalo Brenno Martins Acioli
3. Cleuber Iguape Abidu Figueiredo
4. Ingrid Harmony Cabral da Silva

1. Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos (PPGDH) na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Bolsista FACEPE, Recife, Pernambuco, Brasil;
2. Mestrando pelo Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos (PPGDH) na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil;
3. Mestrando pelo Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos (PPGDH) na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Bolsista CAPES, Recife, Pernambuco, Brasil;
4. Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos (PPGDH) na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil.

Palavras-Chave: Cultura Democrática; Educação em Direitos Humanos; Memória Histórica; Políticas Públicas; Regimes Autoritários.

Introdução: A Educação em Direitos Humanos (EDH) na América Latina surge como uma resposta às violências e violações de direitos humanos que marcaram a história da região, especialmente durante regimes autoritários. Segundo Candau (2008), a transição de ditaduras para democracias nos anos 1980 e 1990 foi crucial para a institucionalização da EDH, refletindo um compromisso com a justiça social e a promoção de uma cultura de respeito aos direitos humanos. Este resumo explora o desenvolvimento histórico, os desafios enfrentados e as perspectivas futuras da EDH, destacando sua importância para a memória histórica e a construção de sociedades democráticas. O **principal objetivo** deste estudo é analisar a evolução da EDH na América Latina, identificando marcos históricos e desafios contemporâneos. Além disso, busca-se compreender como a memória histórica se integra à EDH e explorar as perspectivas futuras para sua continuidade e eficácia. Os objetivos específicos incluem: investigar a origem e evolução da EDH na América Latina, segundo Tibbitts (2002); examinar as políticas públicas e diretrizes que regulamentam a EDH, como discutido por Santos e Silva (2010); avaliar as práticas educativas e metodologias utilizadas no ensino de direitos humanos, seguindo as reflexões de Freire (1996); refletir sobre a importância da memória histórica para a EDH e a promoção da justiça social, conforme Candau (2008). **Metodologia:** A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando análise documental e revisão bibliográfica para investigar a história e desenvolvimento da EDH. A análise do discurso, conforme Foucault (1986), é empregada para compreender como as práticas educativas e políticas públicas moldam a EDH. A pesquisa documental (Pádua, 1997) permite uma investigação detalhada das legislações e diretrizes educacionais nos países da América Latina, enquanto entrevistas com educadores e especialistas oferecem insights sobre os desafios e limitações enfrentados na implementação da EDH. **Resultados e Discussão:** Os resultados indicam que a EDH foi inicialmente formulada nos anos 1990 como uma proposta

pedagógica, ganhando espaço nas legislações educacionais, como discutido por Tibbitts (2002). Nos anos 2000, houve uma expansão significativa, com a criação de políticas públicas e a inclusão de conteúdos de direitos humanos nos currículos escolares, conforme abordado por Santos e Silva (2010). No entanto, a implementação enfrenta desafios, incluindo a falta de formação adequada para educadores e resistência em algumas áreas. A pesquisa destaca a necessidade de uma abordagem crítica e reflexiva, integrando a memória das violações passadas para promover uma cultura de respeito aos direitos humanos. **Considerações Finais:** A continuidade e fortalecimento da EDH dependem da articulação entre diversos setores da sociedade, incluindo governos, instituições educacionais e movimentos sociais. A história desempenha um papel crucial, permitindo que os alunos reconheçam as violações passadas e promovam uma cultura de respeito aos direitos humanos. Perspectivas futuras para a EDH incluem a implementação de políticas públicas robustas que garantam sua eficácia e continuidade, além de estratégias de formação docente que integrem a EDH de maneira significativa nos currículos escolares. A EDH representa uma prática transformadora, essencial para a construção de sociedades democráticas e inclusivas, onde os direitos humanos são plenamente respeitados e promovidos.

STELLA DO PATROCÍNIO E O FALATÓRIO: CAMINHOS E FUGAS ENTRE ARTE E LOUCURA

DOI: 10.5281/zenodo.16230666

1. Liora Souza Geiger

2. UERJ. Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Palavras-Chave: Loucura; Oralidade; Luta Antimanicomial; Arte

Introdução: Stella do Patrocínio foi uma mulher negra, capturada e levada para manicômios, na cidade do Rio de Janeiro, onde ficou institucionalizada até sua morte. Stella ficou conhecida, no campo da Reforma Psiquiátrica, como uma figura representativa da produção artística feita no interior dos manicômios. A produção de Stella foi baseada naquilo que ela denominou como Falatório, que consistiu em seus atos de fala, a partir de perguntas que lhe eram endereçadas. Pesquisas recentes no campo da literatura, das artes e da performance evidenciam que o Falatório de Stella foi editado e publicado em livro, com supressões e reorganizações que o aproximaram de determinados referenciais da poesia brasileira. Esse processo, entretanto, distanciou sua fala de sua materialidade original — marcada pela oralidade, pela presença corporal, e pelas condições históricas e políticas de raça, gênero e classe, no interior de instituições manicomiais. **Objetivo:** Considerando que o processo de divulgação de Stella do Patrocínio reproduziu formas de violência manicomiais sobre sua história, ao despolitizar e distorcer sua experiência e seu Falatório, operação respaldada por instituições artístico literárias e de saúde, a pesquisa tem como objetivo investigar de que maneira práticas orais, como o Falatório de Stella do Patrocínio, podem constituir formas de criação e produção de saberes, funcionando como dispositivos de resistência às capturas manicomiais. **Metodologia:** A partir da recente publicação, na íntegra, dos áudios recolhidos com Stella do Patrocínio, assim como sua transcrição, foi possível escutar a própria voz de Stella, apresentando, a partir do Falatório, sua experiência política, como suas criações poéticas. A escuta dos áudios de Stella foi feita junto de uma revisão bibliográfica de pensadores que estudam oralidades, e de pensadores do campo antimanicomial brasileiro que articulam, de modo crítico, relações entre arte e loucura. **Considerações finais:** Foi possível constatar que no âmbito das produções teóricas do campo da Reforma Psiquiátrica, por mais que se afirme a importância da participação social da loucura, ainda há uma tendência em relacionar a loucura ora em um âmbito da desrazão, aliada aos referenciais biomédicos e psicopatológicos, ora como expressão de uma suposta pureza artística, que idealiza uma experiência da loucura e a aproxima de um campo místico, desconsiderando as relações políticas e históricas das experiências com a loucura. Nesse sentido, afirmamos que a loucura pode ser pensada como um modo de estar e conhecer o mundo, portanto, uma epistemologia, em que se considera a materialidade das forças políticas da onde ela emerge, que faz mergulhos e composições com a realidade. Tal pensamento teve ressonância com algumas proposições de pensadores das oralidades, que consideram o corpo e a voz como dimensões epistemológicas que escapam de determinadas capturas coloniais da linguagem e políticas da escrita. Conclui-se que a produção oral de Stella do Patrocínio permite compreender a loucura como forma de conhecimento encarnado e que é

a partir do reconhecimento político das experiências de classe, raça e gênero que podemos aproximar a loucura de sua dimensão estética, de criação, de resistência e afirmação de outros mundos possíveis.

Financiamento: CAPES

PRODUÇÃO DE SENTIDOS DA ARTE SURDA: O DESENHO E O DISCURSO NA OBRA DE NANCY ROURKE

DOI: 10.5281/zenodo.16230702

1. Edna Laize Matos da Silva
2. Selma Soares de Oliveira
3. Carla Luzia Carneiro Borges

1. Universidade Estadual de Feira de Santana — UEFS, Feira de Santana, Bahia, Brasil;
2. Universidade Estadual de Feira de Santana — UEFS, Feira de Santana, Bahia, Brasil;
3. Universidade Estadual de Feira de Santana — UEFS, Feira de Santana, Bahia, Brasil.

Resumo: Este resumo busca compreender as produções de sentido pelo desenho e o discurso na obra de Nancy Rourke, enquanto artista expoente do movimento *De'VIA — Deaf View and Image Art*. Por meio da análise da releitura *Hearing Test Room* (2010), entendemos que Rourke confronta discursos de normalização dos corpos surdos e tratamento da surdez pela oralização. A análise iconográfica e discursiva da obra demonstra como a Arte Surda produz narrativas sobre a surdez expressas visualmente pelos próprios surdos, refletindo suas rupturas identitárias e culturais e instigando surdos e ouvintes a repensar o papel das artes visuais na subjetividade humana.

Palavras-Chave: Arte Surda; cultura surda; Nancy Rourke; Desenho; Discurso.

INTRODUÇÃO

A Arte Surda, conforme Nakagawa (2012), diz respeito às obras que retratam as experiências relacionadas à surdez. Embora os artistas surdos tenham liberdade para criar sobre diversos temas, as artes visuais tornam-se instrumento para a cultura surda ao manifestar narrativas do povo surdo enquanto seres essencialmente visuais (Skliar, 1999), quanto à valorização de sua língua como artefato cultural (Strobel, 2008) e em resposta às condutas de controle pela oralização em detrimento da língua de sinais (Perlin, 2016). Enquanto artista expoente do movimento *De'VIA — Deaf View and Image Art,* do inglês imagem e arte pela visão da surdez (Silva; Oliveira, 2024), a obra de Nancy Rourke reflete rupturas identitárias e culturais que atravessam o sujeito surdo ao longo de sua história e serão brevemente demonstradas neste resumo.

OBJETIVO

Buscamos compreender como o desenho e o discurso produzem sentido na obra de Nancy Rourke enquanto veículo de expressão da cultura surda, confrontando o saber clínico (Foucault, 2004) que subjuga o surdo à oralização e medicalização da surdez. As pinturas autorais e releituras feitas por Rourke tornam-se parte dos artefatos culturais do povo surdo (Strobel, 2008) ao produzir narrativas de resistência, afirmação e libertação, alinhados aos eixos temáticos do movimento *De'VIA* (Silva; Oliveira, 2024).

METODOLOGIA

O percurso metodológico proposto combina a iconografia das obras de arte, difundida por Panofsky e revisada por Moreira (2018), ao descrever os elementos do desenho da composição artística, com os Estudos Discursivos Foucaultianos em suas relações de saber/poder (Foucault, 2004; 2008), que analisam os elementos pictóricos das composições enquanto enunciados de uma possível prática discursiva.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA/ RESULTADOS E DISCUSSÃO

Vamos demonstrar como a Arte Surda produz sentido ao descrever e analisar a obra *Hearing Test Room* (2010), figura 02, feita por Nancy Rourke. A composição se baseia na pintura Quarto em Arles (1889), figura 01, do pintor Vincent Van Gogh. Rourke costuma descrever suas obras em seu portfólio online[2] referenciando suas inspirações em de outros artistas e em leituras, de textos sobre a surdez, transformadas em pinturas autorais e releituras de obras de arte, como o exemplo a ser analisado a seguir.

2 Disponível em: https://www.nancyrourke.com/index.htm. Acesso em: 26 abr. 2025.

Figura 01: Vincent Van Gogh — Quarto em Arles (1889)

Fonte: https://www.conexaoparis.com.br/tres-quartos-de-van-gogh/

Figura 02: Nancy Rourke — *Hearing Test Room* (2010)

Fonte: https://www.nancyrourke.com/hearingtestroom.htm

Hearing Test Room mantém a estrutura do Quarto em Arles de Van Gogh, transformando-o em uma sala de audiometria, tradução do título da obra. Predominando as cores primárias do seu estilo *Rourkeism*, destaca-se a figura de uma criança com fones de ouvido voltada para uma janela azul com uma mancha preta, que representa a silhueta de um

fonoaudiólogo. Acima da janela, um palhaço de nariz vermelho e um macaco que bate pratos, brinquedos sonoros provavelmente utilizados nos testes, além de outros fones de ouvido pendurados na parede e um metrônomo sobre a mesa. Os quadros trazem representações de Alexander Graham Bell, defensor da oralização como método de ensino cuja influência contribuiu para a proibição da língua de sinais durante o Congresso de Milão em 1880, além da hegemonia oralista por muitos anos (Nakagawa, 2012).

Do ponto de vista discursivo, a releitura representa uma situação de ruptura. O espaço em que a criança surda está inserida representa o saber clínico exercido como poder (Foucault, 2004), que enxerga a surdez como obstáculo no desenvolvimento humano. De sua posição, como artista do movimento *De'VIA*, Rourke confronta este discurso ao narrar a experiência da audiometria enquanto processo de ruptura, submetendo a criança a testes que irão moldar sua identidade de acordo com sua capacidade de ouvir, negligenciando outras formas de comunicação. A Arte Surda se torna veículo para denunciar a visão da surdez como obstáculo aos surdos, que exigem serem compreendidos por sua alteridade cultural, de modo diferente do que está designado pelo saber clínico, produzindo sentidos de resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arte, por si só, é uma atividade que expressa o que há de mais profundo no ser humano, produzindo sentidos que, por vezes, não conseguem ser traduzidos em palavras. Quão poderoso pode ser esse espaço criativo para os surdos, enquanto sujeitos visuais? O sujeito surdo, sobre o qual o saber clínico age, se utiliza da arte como prática de resistência e afirmação de sua cultura. A nós, ouvintes, cabe perceber e valorizar as diferenças, dando atenção tanto a que tipo de discursos circulam e nos conformam, quanto às artes que nos instigam e libertam.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – CAPES – Demanda Social, código de financiamento 001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7º edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução e Organização de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2004.

MOREIRA, Altamir. A iconografia em revisão. **Contemporânea — Revista do PPGART/UFSM**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. e9, 2018. DOI: 10.5902/2595523333833. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/contemporanea/article/view/33833. Acesso em: 7 maio. 2025.

NAKAGAWA, Hugo Eiji Ibanhes. **Culturas surdas:** o que se vê, o que se ouve. 2012. (142 f.). Dissertação (Mestrado em Cultura e Comunicação) – Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa — UL. Lisboa, 2012.

PERLIN, Gladis T. T. Identidades Surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. 8 ed. Porto Alegre: Mediação, 2016, p. 51-73.

SILVA, Edna Laize Matos da; OLIVEIRA, Selma Soares de. Movimento *De'VIA* (*Deaf View and Image Art*): Introdução aos manifestos visuais sobre cultura e Arte Surda. In: OLIVEIRA, Selma Soares de (Org.). **Arte e Conhecimento:** nove olhares. Feira de Santana: Editora Zarte, 2024, p. 131-145.

SKLIAR, Carlos. **A invenção e a exclusão da alteridade "deficiente" a partir dos significados da normalidade**. Porto Alegre: Educação & Realidade, v. 24, n. 2, 1999.

STROBEL, Karin Lilian. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2008.

DESAFIOS PARA O ACOLHIMENTO NOTURNO EM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL TIPO III EM REGIÃO METROPOLITANA

DOI: 10.5281/zenodo.16230762

1. Maycon Rodrigo da Silveira Torres
2. Carla Jeucken

1. Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil;
2. Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar reflexões iniciais sobre os desafios enfrentados pela equipe de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) tipo III na atuação junto às situações de crise, com o recurso dos leitos de acolhimento noturno e atenção 24 horas. O método escolhido foi o relato de experiência dos encontros regulares do supervisor clínico-institucional (psicólogo orientado pela escuta psicanalítica no contexto de políticas públicas) com equipe de um CAPS da região metropolitana do Rio de Janeiro. Concluiu-se que as estratégias de formação continuada devem ser pensadas de maneira transdisciplinar e intersetorial, de modo que possam constituir-se também como ferramenta de integração entre os profissionais no cotidiano da assistência.

Palavras-Chave: CAPS III; Crise; Acolhimento noturno.

INTRODUÇÃO

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são os dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) que exercem a função de acolhimento e organização da demanda em saúde mental de um determinado território. Sua primeira função foi operar o redirecionamento do modelo assistencial em saúde mental a partir da Lei 10.216/2001. Sua regulamentação aconteceu a partir da Portaria n° 336/2022, com a apresentação das diferentes modalidades de CAPS e composição de equipe multiprofissional (PEGORARO; LEITE, 2023).

O CAPS III, destinado a municípios com mais de 200.000 habitantes, oferece atendimento ininterrupto, incluindo leitos de acolhimento noturno, funcionando diariamente, 24 horas, inclusive em feriados e finais de semana. De acordo com o Registro das Ações Ambulatoriais de Saúde (RAAS), descrito na Portaria n° 854/2012, o acolhimento noturno é

definido como uma ação de hospitalidade oferecida aos usuários já acompanhados pelo serviço, com o objetivo de manejo de crises relacionadas a transtornos mentais, incluindo situações decorrentes do uso de álcool e outras drogas. Essa prática busca promover o afastamento de situações conflituosas e facilitar a retomada e o fortalecimento de relações interpessoais, familiares e comunitárias, sendo limitada a um período máximo de 14 dias.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é apresentar reflexões iniciais sobre os desafios enfrentados pela equipe de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) tipo III na atuação junto às situações de crise, com o recurso dos leitos de acolhimento noturno e atenção 24 horas.

METODOLOGIA

O método escolhido foi o relato de experiência dos encontros regulares do supervisor clínico-institucional (psicólogo orientado pela escuta psicanalítica no contexto de políticas públicas) com equipe de um CAPS da região metropolitana do Rio de Janeiro. O trabalho de supervisão clínico-institucional possibilita a reflexão crítica das práticas para a efetivação do CAPS III como dispositivo de atenção de alta complexidade e de acolhimento à crise. A construção do relato de caso ocorreu de maneira crítica e participativa com os demais pesquisadores, que contribuíram com a discussão teórico-conceitual.

O CAPS III está localizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ, em uma área administrativa com contingente populacional acima de 2 milhões de pessoas, distribuído em diferentes bairros e a subárea cobre aproximadamente 200 mil pessoas. O território é considerado de alta vulnerabilidade, com boa parte da população habitando favelas, além da presença de forças armadas do tráfico de drogas e de milícias. A área é considerada violenta e sofre intervenções policiais com alguma frequência. Em função da vulnerabilidade da população, houve grande incentivo da gestão a ampliar a implementação dos serviços de atenção à saúde no território.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O acolhimento noturno configura-se como uma estratégia para atender sujeitos em sofrimento psíquico que necessitam de cuidado emergencial e integral em saúde mental,

atuando como uma alternativa para atenção e manejo em situações de crise. O dispositivo assegura acessibilidade, acolhimento integral, autonomia da equipe e uma assistência personalizada, distanciando-se de práticas manicomiais. Para alcançar seus objetivos, o acolhimento noturno deve estar integrado aos demais pontos de cuidado da rede, suprindo uma lacuna significativa nos cuidados em saúde mental nos municípios onde está disponível (PEGORARO; LEITE, 2023).

A avaliação dos usuários em acolhimento noturno é realizada diariamente, considerando a necessidade de continuidade ou não da permanência. Esse processo é discutido em reuniões realizadas no início e no fim dos turnos. Na abertura do turno, são designados os profissionais responsáveis pelas avaliações. Nessas reuniões, também são planejadas visitas institucionais a usuários em emergências psiquiátricas ou em leitos de enfermaria, com o objetivo de avaliar a possibilidade de transferência para o leito de acolhimento noturno. Ao final do turno, são discutidos os resultados das avaliações, as articulações realizadas e o planejamento do dia seguinte, com registro detalhado das informações em ata e prontuários.

Como primeiro critério de análise, foram escolhidos os desafios de comunicação, pela importância de seu tema. A proposta do trabalho no CAPS ser em equipe multiprofissional pela lógica transdisciplinar visa dar lugar para a complexidade do trabalho de assistência em saúde mental. Com isso, a equipe do CAPS não deve se organizar de forma vertical pela hierarquia, mas transversal, tendo o usuário como centro da tomada de decisão.

Apesar das estratégias de comunicação entre a equipe, como as reuniões diárias de abertura e encerramento do dia, além da reunião de equipe semanal com supervisão clínico-institucional, constata-se a necessidade de posicionamento mais claro dos membros para que a comunicação seja efetiva. Quanto à crise, nota-se haver uma divisão entre a equipe diurna, que comumente é quem decide pela indicação do acolhimento noturno, e a equipe noturna, responsável pelo cuidado direto do usuário em crise. A equipe noturna é composta por técnicos de enfermagem e enfermeiros plantonistas que estão no serviço em plantões de 12 ou 24 horas. A equipe de enfermagem apresenta queixas a respeito da falta de orientação dos casos.

A equipe de enfermagem desempenha um papel central na implementação e manutenção da estratégia de acolhimento noturno nos CAPS III. Contudo, a predominância

quase exclusiva dessa equipe no período noturno contrasta com o trabalho realizado durante o dia, que envolve uma abordagem interdisciplinar com a participação de várias categorias profissionais. No período diurno, a necessidade de acolhimento noturno é, em geral, avaliada por toda a equipe técnica em reuniões de turno. Já os casos que surgem no turno da noite são analisados exclusivamente pela equipe noturna, o que pode resultar em uma prática mais isolada e sobrecarregar os profissionais de enfermagem com a responsabilidade integral pelo cuidado durante esse período (SILVA et al., 2020).

Identificou-se um fenômeno recorrente nas discussões em equipe. Os casos em crise, por mais que sejam falados ao longo do turno, não são abordados para a construção de estratégias de cuidado. Este silenciamento é sintoma de uma dificuldade de comunicação e deve ser incluído como analisador nas reuniões de equipe. Segundo Silva et al. (2024), as reuniões de equipe devem desempenhar um papel essencial ao promover a compreensão e o engajamento coletivo diante das situações de vulnerabilidade dos usuários. Essas reuniões possibilitam maior clareza sobre os papéis de cada membro da equipe, incentivam o compartilhamento de saberes, centralizam o usuário na produção de cuidado e auxiliam na resolução de conflitos.

Uma estratégia desenvolvida neste CAPS foi a institucionalização de uma função chamada “articulador de turno”. Em cada turno de trabalho, um técnico é responsável pela avaliação da agenda da equipe e a organização das ações a serem efetuadas. A proposta é que a equipe tenha uma referência no turno que auxilie os demais profissionais na escuta clínica e nas ações de cuidado, especialmente para a crise.

O segundo critério de análise deste trabalho foi a construção da rede intersetorial. A concepção das redes de assistência parte do princípio de que toda instituição é insuficiente para lidar com a integralidade do cuidado. A abordagem integral pressupõe uma rede usuário-centrada, o que significa dizer que, a depender das necessidades específicas de cada usuário, uma rede será construída para a realização do acompanhamento. Em nossa experiência, identificamos dois gargalos principais: dispositivos da saúde de atenção à crise que não conseguem acolher o usuário e os dispositivos da assistência social que não se autorizam a acompanhar longitudinalmente os usuários em violação de direitos.

No primeiro caso, são situações recorrentes os encaminhamentos de usuários em crise ao CAPS, sem nem ao menos realizar uma avaliação clínica básica, no sentido de identificar possíveis questões orgânicas que demandem cuidados não oferecidos pelos CAPS. Existe uma compreensão velada entre os profissionais da UPA que não conseguirão distinguir o que seriam as alterações psicopatológicas de alterações orgânicas. Em algumas situações, solicitam a presença de profissionais do CAPS para traduzir o discurso do usuário ou para atestar as veracidades das informações coletadas. Esta solicitação não acontece como uma construção de rede, mas como uma exigência para que o mínimo cuidado seja oferecido.

No segundo caso, a dificuldade maior está em construir um tipo de acompanhamento a longo prazo, considerando as vulnerabilidades do usuário. O acolhimento noturno é um período curto, de resposta à crise, que pode expressar conflitos no território. Muitos usuários não podem retornar para casa de imediato ou, ainda, nem mesmo tem uma casa para retornar, logo, o abrigamento institucional pode ser uma estratégia de proteção aos usuários que estão sofrendo em situação de violação de direitos. O problema é que as equipes do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) não se autorizam a acompanhar os usuários em crise, pois creem não ter o conhecimento necessário para lidar com pessoas em sofrimento persistente. Surge, então, a demanda velada por um “abrigo para usuários de saúde mental”, que muito facilmente pode articular-se como uma demanda para o retorno do hospital psiquiátrico.

Araújo e Pupo (2024) identificaram problemas parecidos ao estudar a articulação intersetorial entre redes. A principal resistência é a ideia de transferência de responsabilidade de um dispositivo para outro. Os espaços de interlocução entre RAPS e SUAS se estabelecem de modo informal, dependendo da disponibilidade de profissionais específicos, e produzem encaminhamentos pouco efetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os CAPS tipo III são dispositivos fundamentais para a sustentação de uma RAPS potente e uma resposta efetiva para o acompanhamento das situações de crise no território. Os desafios encontrados exigem investimentos nos processos de formação e capacitação dos profissionais. As estratégias de formação continuada devem ser pensadas de maneira

transdisciplinar e intersetorial, de modo que possam constituir-se também como ferramenta de integração entre os profissionais no cotidiano da assistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, I.; PUPO, L. Articulação intersetorial entre a Atenção Psicossocial e o Sistema Único de Assistência Social: o cuidado ofertado à população em situação de rua em Franco da Rocha/SP. **Boletim do Instituto de Saúde — BIS**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 149–156, 2023. DOI: https://doi.org/10.52753/bis.v24i1.40063

PEGORARO, R. F.; LEITE, T. C. P.. Critérios para acolhimento noturno, segundo a equipe de um Centro de Atenção Psicossocial. **Psicologia em Estudo**, v. 28, p. e54642, 2023. DOI: https://doi.org/10.4025/psicolestud.v28i0.54642

SILVA, M. O. da; BRITO, G. E. G. de; GOMES, L. S.; MARQUES, L. de F.; SANTOS, G. F. dos; FERNANDES, M. de A. C. A comunicação em centros de atenção psicossocial da cidade de João Pessoa. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 21, n. 8, p. e6533, 2024. DOI: https://doi.org/10.54033/cadpedv21n8-083

SILVA, T. C. S. da; SANTOS, T. M. dos; CAMPELO, I. de G. M. T.; CARDOSO, M. M. V. N.; SILVA, A. D.; PERES, M. A. de A. Acolhimento noturno em um Centro de Atenção Psicossocial III. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 73, n. 1, p. e20170964, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0964

ÀS MARGENS DA VULNERABILIDADE: UMA LEITURA PSICANALÍTICA DA INFÂNCIA EM RISCO A PARTIR DO FILME 'PIXOTE'

DOI: 10.5281/zenodo.16230913

1. Carliane Mendes de Oliveira
2. Ana Beatriz Silva de Oliveira

1. Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Ceará, Brasil;
2. Faculdade Ari de Sá, Fortaleza, Ceará, Brasil.

Resumo: O presente trabalho consiste em uma análise documental crítica do filme "Pixote, a Lei do Mais Fraco" sob o olhar da psicanálise. Seus objetivos foram: explanar sobre a infância como ponto de partida para a saúde mental, refletir sobre os impactos negativos que contextos de vulnerabilidade social geram na infância e explorar as categorias "infância" e "vulnerabilidade social" a partir do filme "Pixote, a Lei do Mais Fraco". O texto aborda a fragilidade e a importância desse período do desenvolvimento, compreendendo-o como crucial para a construção do bem-estar psíquico do sujeito. Nesse sentido, retrata, por meio do filme, como o desamparo social e intrafamiliar gera repercussões na vida dos sujeitos. Por fim, evidenciou-se a psicanálise como uma possibilidade de cuidado com a infância e ressaltou-se a importância de estudos sobre essa etapa na construção de políticas públicas.

Palavras-Chave: Infância; Vulnerabilidade social; Psicanálise.

INTRODUÇÃO

Ao considerar aspectos biológicos da infância, ela pode ser compreendida como um fenômeno universal do desenvolvimento, no entanto, essa fase é vista como um fenômeno apresentado no social e não pode ter seu significado generalizado. Dessa maneira, a infância e os significados atribuídos a ela sofrem influências diretas de aspectos como o contexto histórico e cultural em que estão inseridos. Sendo assim, analisá-la em contextos marcados pela desigualdade e vulnerabilidade social possui contornos únicos, não podendo ser compreendida de modo a desconsiderar os aspectos supracitados.

Em Psicanálise, acredita-se que a infância é o ponto de partida para a constituição de todo indivíduo. Winnicott (2021|1968) postulava que era nesse momento de vida que buscamos nos tornar uma unidade e objetivamos a construção do nosso self. Nesta perspectiva, Moura (2020) acrescenta que a infância estaria, então, sempre em risco, uma vez que, ao considerar a

grandiosidade do que precisa empreender o infante, em detrimento da vulnerabilidade física e psíquica em que se encontra, este permaneceria sempre em desvantagem. Neste ínterim, levantaram-se os seguintes questionamentos: Como estariam as crianças em situação de vulnerabilidade social no Brasil? O quanto uma fase tão delicada poderia sofrer com o agravamento de fatores físicos e estruturais? Para responder a esses questionamentos, recorremos a dados estatísticos, à literatura e à cinematografia.

Para isso, recorremos ao filme Pixote (1981) uma vez que este ainda pode ser visto como um retrato fidedigno da realidade das infâncias em vulnerabilidade social no país. Nesta obra vemos a arte imitar a vida, uma vez que o protagonista do filme interpretado por Fernando Ramos denuncia o desamparo vivido em sua infância nas ruas de São Paulo e a negligência perpetrada em reformatórios precários. Nesse viés, para Vilhena e Amaral (2007) é preciso estar atento às condições de abandono em que muitas famílias brasileiras se encontram, uma vez que o espaço e o lugar onde se vive constituem subjetividades. Logo, a problemática sobre como ficariam essas subjetividades em contextos de desamparo e acesso escasso a condições básicas de saúde e educação é um questionamento que precisa ser considerado. Posto isto, o presente artigo pretende analisar a relação de todos esses fatores e especular cenários de atuação mais eficazes e contribuições da ciência, mais especificamente da psicanálise, na constituição da infância em cenários de vulnerabilidade social no Brasil.

OBJETIVO

Para a realização deste trabalho, foram formulados três objetivos, sendo eles: explanar sobre a construção da infância como ponto de partida para a saúde mental de todo sujeito; refletir sobre os impactos negativos que uma infância em situação de vulnerabilidade social pode gerar; explorar as categorias “infância” e “vulnerabilidade social” através do filme “Pixote, a lei do mais fraco”.

METODOLOGIA

O presente trabalho consiste em uma análise crítica a partir da teoria psicanalítica do filme “Pixote, a lei do mais fraco”. Este resumo trata-se de um estudo de caráter teórico e de base documental, este pode ser caracterizado pela análise de documentos e/ou materiais de formatos diversos que ainda não receberam tratamento analítico (Cechinel *et al.*, 2016). Os

materiais utilizados variam desde cartas e reportagens a gravações, no caso deste trabalho a análise será realizada a partir de uma obra cinematográfica. Assim, as cenas, diálogos e personagens contidos no filme foram tomados como material de análise, dentre elas e em especial a cena de fuga do reformatório e "amamentação" de Pixote. Como embasamento metodológico utilizaram-se conceitos psicanalíticos sobre a infância e sua construção em contextos de vulnerabilidade social, em especial a compreensão de Donald Winnicott acerca da infância, a fim de respaldar a discussão acerca do desenvolvimento desta em situação de risco. Ademais, conceitos como desamparo, institucionalização e seletividade penal também foram contemplados.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA/ RESULTADOS E DISCUSSÃO

No filme, Pixote, a lei do mais fraco (1981), Fernando Ramos faz alusão a problemáticas vivenciadas em sua própria realidade, uma infância pautada no desamparo intrafamiliar e à margem do olhar das políticas públicas. Nesse sentido, crianças e adolescentes, em função da fragilidade característica desse período da vida, estão submetidos ao contexto físico e social em que vivem. Assim, o estado de vulnerabilidade propiciado por alguns destes contextos pode afetar a saúde física e mental dos sujeitos (Fonseca *et al.*, 2013).

Neste viés, Winnicott (1966/2020) defende que tanto o nosso desenvolvimento físico quanto a nossa constituição subjetiva são inteiramente dependentes das relações travadas nos primórdios de nossa existência. Para o autor, tudo faria referência ao início da vida, fato este que delicadamente simbolizado no filme a partir da 'amamentação' de Pixote na personagem de Maitê Proença.

Nessa perspectiva, ao analisarmos o quanto o filme do Pixote de 1981 ainda seria atual, percebemos que dados como os do Gov.br (2023) sobre a fome no Brasil ter aumentado nos últimos três anos e Borges (2023), para o site UOL, relatando o aumento de casos de abandono de crianças, "oito por dia, 262 por mês", corroboram o quanto ainda é preciso evoluir nas políticas públicas e cuidados à infância. A exposição a essas formas de vulnerabilidade ocasiona uma escassez de recursos para elaborar as situações, por vezes traumáticas, às quais os sujeitos são expostos (Teixeira, Paravidini e Neves, 2021). Desse modo, vale destacar que a infância age como ponto de partida para a construção do bem-estar psíquico, sendo ela uma

etapa fundamental do desenvolvimento psicossocial. Assim, as condições de desamparo, seja ele estrutural ou social, geram efeitos deletérios nos modos de enfrentamento dos sujeitos, bem como em sua constituição psíquica.

O desamparo a que muitas famílias brasileiras estão submetidas produz impactos negativos não somente diretamente à saúde mental do infante, seu núcleo familiar também é afetado por tais impactos. A ausência de um apoio social, somada a circunstâncias sociais adversas, pode levar a uma redução no nível de suporte que uma mãe pode proporcionar ao infante, sendo este um fator de risco para o desenvolvimento e agravamento de adoecimentos psíquicos (Bordin *et al.*, 2009 *apud* Silva e Leite, 2023).

Nesse contexto, a falta de amparo intrafamiliar leva os sujeitos a buscarem formas alternativas de pertencimento. No filme Pixote, vemos que o infante encontra nos amigos do até então reformatório a ideia de amparo familiar que até então não possuía, assim como encontra nos pequenos crimes cometidos a promessa de um futuro melhor. Os personagens do filme marginalizados e oprimidos pelo sistema encontram no crime uma forma de sobreviver, sendo este um retrato preciso da realidade. No Brasil, a população carcerária tem um perfil, são homens, jovens, pobres e negros (Bosa, 2019), este perfil denota a seletividade do sistema penal brasileiro e demonstra as circunstâncias que levam os sujeitos à criminalidade. A omissão do Estado no que se refere à garantia de direitos sociais age como facilitadora da entrada para o crime. Desse modo, é preciso voltar o olhar para a garantia de direitos básicos que hodiernamente ainda se apresentam de forma tão defasada. Sendo a infância uma etapa do desenvolvimento humano que necessita desse olhar cuidadoso para com ela, uma vez que as experiências nela vivenciadas serão estruturantes para toda a vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÃO

Defende-se que a ciência tem como missão problematizar narrativas capazes de promover mudanças contínuas. Nessa perspectiva, refletir sobre um filme como “Pixote, a Lei do Mais Fraco”, que ainda aborda questões tão atuais, evidencia o quanto ainda há a ser discutido sobre a construção da infância em contextos de vulnerabilidade social. A cinematografia destaca a atemporalidade do tema e a urgência de um olhar mais incisivo sobre a formulação de políticas públicas em nosso país, sendo pesquisas como esta essenciais para

fomentar a discussão e embasar tais políticas. Assim, sugere-se a realização de estudos que se debrucem de maneira mais aprofundada e específica sobre os impactos mencionados, considerando que o trabalho atual apresenta algumas limitações, como sua extensão reduzida e análise restrita a um único filme. Por fim, ressalta-se a psicanálise como uma possibilidade de cuidado com a infância em situação de vulnerabilidade, sendo fundamental pensar criticamente sobre sua articulação com esses contextos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, S.“Me deixou e nunca mais vi”: País tem 8 casos de abandono de menor por dia. **UOL**. 22 out, 2023. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/10/22/casos-abandono-de-criancas-e-adolescentes-brasil.htm#:~:text=%C3%89%20uma%20m%C3%A9dia%20de%20262%2casos%20por%20m%C3%AAs.&text=Ao%20todo%2C%20o%20pa%C3%ADs%20tem,v%C3%A1rias%20raz%C3%B5es%20al%C3%A9m%20do%20abandono. Acesso em: 08 mai. 2025.

BOSA, Y. C. Criminologia e cinema: uma análise sobre a violência estrutural e o falho método punitivo do Estado, por meio da criminologia crítica com o filme “Pixote: a lei do mais fraco”. **Unesc.net**, 2018.

CECHINEL, A. FONTANA, S. A. P. DELLA, K. G. P. PEREIRA, A. S. P. PRADO, S. S. ESTUDO/ANÁLISE DOCUMENTAL: UMA REVISÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA. **Criar Educação,** v. 5, n. 1, 2016.

Fome no Brasil piorou nos últimos três anos, mostra relatório da FAO. **Gov.br.** 12 jul. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/07/fome-no-brasil-piorou-nos-ultimos-tres-anos-mostra-relatorio-da-fao. Acesso em: 08 mai 2025.

FONSECA, F. F. SENA, R. K. R. S. DOS SANTOS, R. L. A. DIAS, O. V. COSTA, S. M. C. As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 31, n. 2, p. 258–264, jun. 2013.

MOURA, L. **Ferenczi e Winnicott: Análise de Adultos na Língua da Infância** (3rd ed.) Artesã Editora. 2020

PIXOTE, a lei do mais fraco. Direção de Héctor Babenco. Produção de Ivan Paulo. **Globoplay**, 1981.

SILVA, F. S.; LEITE, B. de M. O. OS IMPACTOS DA DESIGUALDADE SOCIAL NA SAÚDE MENTAL E SEUS EFEITOS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA. **REVISTA FOCO**, *[S. l.]*, v. 16, n. 6, p. e2111, 2023. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n6-009. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/2111. Acesso em: 5 maio. 2025.

TEIXEIRA, B. C. A.; PARAVIDINI, J.L.L; NEVES, A.S. Psicanálise, infâncias e vulnerabilidades: as crianças nos espaços da cidade. **Estilos da Clinica,** São Paulo, Brasil, v. 26, n. 3, p. 421–434, 2021. DOI: 10.11606/issn.1981-1624.v26i3p421-434. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/182382.. Acesso em: 3 maio. 2025.

VILHENA, J. de, & AMARAL M. E. C. (2007). Em busca de uma certa singularidade. Reflexões acerca da psicanálise infantil em uma instituição. **Psychê**, 6(9), 197–211. https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30700915

WINNICOTT, D. W. **Bebês e suas mães.** Ubu Editora. 2020.

WINNICOTT, D. W. **Tudo começa em casa**. Ubu Editora. 2020.

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE INFÂNCIA AO LONGO DO TEMPO: DA IDADE MÉDIA À ATUALIDADE

DOI: 10.5281/zenodo.16231000

1. Valéria Beatriz Teles de Souza
2. Juliana Goyeneche Sobreira
3. Mahara Hayden Lima Coelho

1. Faculdade Santa Teresa, Manaus, Amazonas, Brasil;
2. Centro Universitário Fametro, Manaus, Amazonas, Brasil;
3. Centro Universitário Fametro, Manaus, Amazonas, Brasil.

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo investigar a partir da Revisão Bibliográfica a influência histórica e cultural na construção do conceito de infância. Esta pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica caracterizada como básica de abordagem qualitativa. Durante a Idade Média, o termo infância não existia, de modo que não havia distinção entre adultos e crianças. No entanto, com o surgimento da Idade Moderna surge a construção do conceito de infância, marcada pela pureza e a preocupação com a educação moral infantil. No mundo Moderno, as crianças permanecem sendo vistas como seres puros, contudo, além disso são vistas como sujeito de direitos que necessitam de proteção e condições educacionais dignas. A infância, portanto, não é um conceito estático, mas uma construção social moldada pelas necessidades e valores de cada sociedade.

Palavras-Chave: Evolução Histórica; Infância; Transformações culturais.

INTRODUÇÃO

O conceito de infância na Idade Média não existia, a criança era enxergada como um adulto em miniatura, de forma que exercia as mesmas funções. De modo que sem a distinção entre adultos e criança, o conceito de infância como é entendido atualmente não se aplicava naquela época, as crianças conviviam em ambientes adultos e tudo o que aprendiam era por meio da convivência. Todos eram obrigados a trabalhar, o que fazia as crianças serem inseridas no mercado de trabalho precocemente. (Nascimento; Brancher; Oliveira, 2008)

A partir do final do século XVII, grande parte das crianças passaram a se vestir como crianças, e ao em vez de necessitar trabalhar para sustentar a família poderiam ter acesso a

escolas. Silva (2009) destaca que esse século foi um marco para a importância do conceito de infância, pois foi durante esse período que a preocupação com a moralidade infantil surgiu.

A visão de criança do século XXI, permanece a de um indivíduo puro, que é moldado conforme as situações que é exposto, de modo que uma criança criada por uma família nuclear estruturada terá comportamentos diferentes de uma que se encontra em situações de vulnerabilidade social, a qual precisa trabalhar para ajudar no sustento da família.

OBJETIVO

O objetivo geral desse estudo é analisar as transformações históricas e culturais do conceito de infância ao longo da Idade Média, Idade Moderna e no Mundo Contemporâneo, evidenciando como as mudanças de cada período histórico influenciaram a forma como a infância passou a ser compreendida. Os objetivos específicos são: compreender como a infância era concebida na Idade Média, considerando aspectos sociais, culturais e econômicos da época; entender as transformações no conceito de infância ocorridas durante a Idade Moderna; e identificar as principais concepções de infância no Mundo Contemporâneo.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, caracterizada como básica, o procedimento metodológico escolhido foi a pesquisa bibliográfica, definida por Prodanov e Freitas (2013) como uma pesquisa que ocorre através do levantamento bibliográfico, leitura do material coletado, organização temática e desenvolvimento do texto. Também se optou pela revisão de literatura narrativa. Cordeiro et al (2007) destacam que a revisão de literatura é mais flexível, com abordagem descritiva e interpretativa, ao aprofundar termos complexos e subjetivos.

Desse modo, foi realizada uma consulta em base de dados aberta como Google acadêmico, Scielo e Capes. Para encontrar respostas para a questão norteadora “De que forma a evolução histórica e cultural influenciou o conceito de infância ao longo do tempo?”. E para isso foram utilizados os unitermos: “Infância”, “Idade Média”, “Idade Moderna”, “Mundo contemporâneo”, “Transformações”, “Conceito de infância”.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Durante a Idade Média não existia distinção entre adultos e crianças, a família era vista como unidade produtiva em que todos precisavam trabalhar independentemente da idade, os mais jovens iniciavam a vida laboral aos 7 anos. O indivíduo só era capaz de opinar sobre algo na 4ª idade que compreendia a faixa etária de 18 a 21 anos, os indivíduos que estavam entre a 1ª a 3ª idade que compreendiam desde o nascimento até os 17 anos eram vistos como adultos em miniatura vestindo roupas inapropriadas, expostos a sexualidade precoce, desempenhando papeis sociais de um adulto. (Nascimento; Brancher; Oliveira, 2008)

O conceito de criança vestida com trajes infantis frequentando a escola sem precisar trabalhar era uma realidade burguesa. Mas o conceito de infância durante a Idade Moderna se diferencia da Idade Média, uma vez que a família da Idade Moderna é vista como nuclear, centrada em pais e filhos e ainda que as crianças necessitassem trabalhar para ajudar no sustento familiar elas eram vistas como puras e indefesas. Silva (2009) aponta que a pureza infantil é expressa nas artes, comparando as crianças com seres angelicais, e a igreja católica por ser percussora dessa visão preocupava-se em catequisar essas crianças para que conhecessem o evangelho e se tornassem adultos com conceitos morais baseados no cristianismo.

No Mundo Contemporâneo a criança é vista como um sujeito de direitos que necessita de cuidados, educação e proteção. Silva (2009) afirma que a concepção de infância na atualidade é moldada pela cultura midiática, a qual define os processos de aprendizagem e socialização. À medida que as crianças têm acesso a mais informações por meio das tecnologias, elas também são expostas a um processo de adultização precoce, impulsionado pela lógica do consumo que tende a esvaziar o tempo próprio da infância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de infância foi transformado profundamente ao longo do tempo, reflexo de mudanças sociais, culturais e econômicas de cada período histórico. Na Idade Média, as crianças eram percebidas como adultos em miniatura, sem distinção em relação aos adultos.

Na Idade Moderna, passou-se a distinguir mais claramente adultos e crianças, e a infância passou a ser marcada pela pureza. Nesse contexto, a igreja desempenhava um papel

importantíssimo no processo de educação moral. No Mundo Contemporâneo, a infância é vista como fundamental para o desenvolvimento infantil.

O conceito de infância, portanto, continua a ser moldado, influenciando a forma que as crianças são percebidas socialmente. Desse modo, a infância pode ser percebida como uma construção social, transformada a partir das necessidades e valores sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORDEIRO, A. M. et al. **Revisão Sistemática:** uma revisão narrativa. Comunicação Científica Revista do Colegio Brasileiro de Cirurgiões, v. 34, n. 6, dez. 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012. Acesso em 28 de abr.2025.

NASCIMENTO, Cláudia; BRANCHER, Vantoir; OLIVEIRA, Valeska. **A construção social do conceito de infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas.** Revista Olhar do Professor. Paraná. Disponível em: https://doi.org/10.21527/2179-1309.2008.79.47-63. Aceso em 21 de abr. de 2025.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico:** métodos etécnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILVA, Marcos. **História da Educação Brasileira**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2009.

A PATOLOGIZAÇÃO E MEDICALIZAÇÃO DA INFÂNCIA COMO FERRAMENTA DE CONTROLE DA SINGULARIDADE NAS ESCOLAS

DOI: 10.5281/zenodo.16231734

1. Maria Eduarda Coelho Santos

1. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil.

Palavras-Chave: patologização; medicalização; infância; escola; singularidade.

Introdução: Em 2014, houve um registro de aumento no consumo de Ritalina no Brasil em 775% em dez anos (ESTADÃO, 2014). Com isso, nota-se na contemporaneidade um fenômeno de crescimento do uso de psicofármacos para diagnósticos de Transtorno de Déficit de Atenção (TDAH) e Hiperatividade, os quais mostram-se cada vez mais comuns entre crianças e adolescentes. Cabe refletir se de fato consistem em diagnósticos assertivos ou um reflexo da tentativa de padronização de comportamentos no âmbito da subjetividade infantil. Nesse contexto, as escolas, ao promover uma padronização do que seria considerado um 'comportamento normal', podem influenciar no processo de patologização infantil e sua subsequente medicalização quando crianças são levadas a esmo aos consultórios psiquiátricos a fim de serem diagnosticadas e 'controladas'. **Objetivo:** Este trabalho propõe-se a analisar o fenômeno da patologização e medicalização infantil como ferramenta de controle da singularidade a partir do âmbito escolar. Para isso, objetiva-se definir o papel da compreensão diagnóstica no contexto psicoterapêutico; descrever os processos de subjetividade e aprendizagem infantil; identificar o espaço conferido à singularidade das crianças no contexto escolar. **Metodologia:** O presente estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, com o objetivo de analisar a literatura científica sobre os processos de patologização e medicalização de crianças no campo da saúde mental influenciados por suas vivências nas escolas. Para tratar os dados, optou-se pela Análise de Conteúdo, conforme a proposta de Bardin (2011), permitindo a organização, categorização e interpretação de informações textuais a partir de unidades temáticas. A seleção dos materiais ocorreu nas bases de dados SciELO, LILACS, PubMed e BVS, utilizando os descritores "patologização", "medicalização", "infância", "psicofármacos" e "saúde mental infantil". Foram incluídos 10 artigos científicos completos em português, inglês e espanhol, em um recorte temporal de 2014 a 2024. **Fundamentação teórica/Resultados e discussão:** Katz (2022) discute sobre a patologização da infância ao questionar padrões hegemônicos de identidade e segregação do diferente; aquilo que não é reconhecido imediatamente como padrão, torna-se doença e, assim, vem ocorrendo com as crianças. Corroborando com a temática, Aguiar (2014) discorre acerca da psicoterapia infantil e a importância da compreensão diagnóstica sem limitar a experiência do indivíduo àquilo que seria apenas uma parte dele. Silva e Baptista (2021) acrescentam, ainda, à discussão o fenômeno da medicalização atrelada à patologização da infância, sobretudo no contexto escolar, no qual a singularidade do aprendizado é frequentemente

desrespeitada quando escapa do parâmetro de inteligência e disciplina tidos como socialmente aceitáveis. **Considerações finais/Conclusão:** Portanto, percebe-se que a patologização infantil tem crescido significativamente em paralelo ao uso de psicofármacos na tentativa de controle da singularidade das crianças. Ainda que existam diagnósticos sérios, nota-se uma tentativa expressiva de correção de padrões de comportamento e formas de aprendizagem que podem estar atreladas a outros fatores de formação da criança, os quais não necessariamente significam transtorno mental.

ALTERAÇÕES DA SENSOPERCEPÇÃO E SAÚDE MENTAL: O FENÔMENO DAS ALUCINAÇÕES

DOI: 10.5281/zenodo.16247607

1. Valéria Beatriz Teles de Souza
2. Juliana Goyeneche Sobreira

1. Faculdade Santa Teresa, Manaus, Amazonas, Brasil;
2. Centro Universitário Fametro. Manaus, Amazonas, Brasil.

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo compreender a função da sensopercepção e suas possíveis alterações no contexto da saúde mental. A sensopercepção é fundamental para compreensão do mundo pelo sujeito. E para compreender melhor esse processo, foram abordados componentes sensoriais e perceptivos, e as alterações mais comuns, como as alucinações e suas principais classificações. Esta pesquisa é de natureza básica, qualitativa e uma revisão bibliográfica, optou-se também pela revisão de literatura narrativa. Desse modo, é possível compreender que a investigação da sensopercepção e suas alterações é essencial para o entendimento de diversos quadros clínicos, sendo fundamental para profissionais da saúde mental no processo de escuta e acolhimentos humanizados.

Palavras-Chave: Alucinações; Saúde Mental; Sensopercepção.

INTRODUÇÃO

Estudos sobre as alterações sensoperceptivas têm ganhado destaque, visto que contribui para a compreensão de quadros clínicos complexos, entre eles as alucinações. Levando em consideração os prejuízos causados para o sujeito, dado que afetam seu comportamento, suas relações sociais e seu bem-estar psíquico.

Davidoff (2001) aponta que a sensopercepção capta e interpreta estímulos do ambiente através dos órgãos sensoriais, integrando sensação e percepção. E quando há alterações nesse processo podem surgir as alucinações, de modo que o sujeito acredita ter experiências, mas não há correspondência com estímulos reais.

A relevância desse tema se justifica pela frequência que esse fenômeno se manifesta em transtornos mentais, de modo que esta pesquisa poderá contribuir para o aprimoramento da prática em saúde mental e para a promoção de cuidado humanizado, acolhedor e eficaz.

OBJETIVO

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar como as alterações sensoperceptivas interferem na saúde mental do sujeito, considerando suas principais classificações. E os objetivos específicos são: Definir sensopercepção e diferenciar seus componentes; Apresentar as principais classificações de alucinações; Refletir sobre a importância do conhecimento da sensopercepção para a prática clínica em saúde mental.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma Revisão de Literatura Narrativa, sendo uma pesquisa bibliográfica, qualitativa caracterizada como básica. A pesquisa bibliográfica segundo Prodanov e Freitas (2013) consiste em uma análise de materiais publicados como livros, artigos científicos, dissertações e teses.

E a abordagem qualitativa segundo Gerhardt e Silveira (2009) permite compreender os conceitos e interpretações relacionados a sensopercepção e suas alterações, levando em consideração aspectos subjetivos e teóricos envolvendo a temática. A pesquisa é classificada como básica por ampliar conhecimentos teóricos existentes com finalidade de contribuir para a compreensão e aprofundamento do fenômeno pesquisado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A sensopercepção pode ser compreendida como a capacidade que o indivíduo possui de captar e interpretar informações do mundo exterior por meio de estímulos sensoriais. Davidoff (2001) define sensação como um fenômeno gerado a partir de estímulos físicos, biológicos e químicos, podendo ser estímulos: táteis, visuais, gustativos, olfativos e auditivos. Quanto ao conceito de percepção a autora pontua como sendo a interpretação dos estímulos recebidos, tornando a sensação algo consciente. Desse modo, a integração dos processos de sensação e percepção formam a sensopercepção.

Sendo assim, qualquer alteração em um desses processos poderá provocar alterações sensoperceptivas, como no caso das alucinações. Dalgalarrondo (2019) aponta as alucinações como sendo alterações qualitativas da percepção e ocorrem quando o indivíduo acredita que

exista algo, alguém, vozes, sons sem ter objetos reais no mundo físico, ou seja, não há algo que estimule a percepção do indivíduo. E as alucinações podem ser: Alucinações auditivas, Alucinações musicais, Alucinações visuais, Alucinações táteis, Alucinações gustativas e olfativas, Alucinações Cenestésicas e Cinestésicas, Alucinações funcionais, Alucinações combinadas, Alucinações extracampinas, Alucinações Autoscópicas.

Dalgalarrondo (2019) aponta que existem diversas perspectivas teóricas que buscam explicar as possíveis causas das alucinações, entre elas a Perspectiva psicanalítica que acredita que as alucinações são geradas por conflitos inconscientes do sujeito, sendo projeções de suas questões internas no mundo exterior, afirma que as alucinações verbais, são reflexos de comportamentos das figuras cuidadoras ou até mesmo de chefes do paciente, e através das alucinações ocorre o mecanismo de defesa do ego, de modo que é dessa maneira que o aparelho psíquico consegue se desfazer de questões conflituosas, outro fator importante apontado por essa perspectiva é que as alucinações verbais tentam externalizar as experiências de contatos sociais em pessoas com problemas de interação social gravíssimo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sensopercepção é um elemento fundamental na experiência humana, uma vez que permite o indivíduo captar e interpretar estímulos do ambiente para construir representações coerentes da realidade. E a integração entre sensação e percepção é essencial para que o indivíduo possa orientar-se no mundo.

A compreensão dos componentes da sensopercepção e suas alterações é indispensável para compreender as alterações sensoperceptivas para maior compreensão do sofrimento psíquico presentes em indivíduos que manifestam essas alterações.

Pesquisas envolvendo essa temática são fundamentais para reflexão teórica e contribuições de diagnósticos clínicos e escuta qualificada que contribuem de forma significativa para o cuidado integral em saúde mental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologias e Semiologia dos Transtornos Mentais**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

DAVIDOFF, Linda. **Introdução à psicologia**. 3. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2001.

GERHARDT, Tatiana, SILVEIRA, Denise. **Métodos de Pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.Disponível em: https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf. Acesso em: 28de abr.2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

OS CAMINHOS ENTRE O COLONIAL E O CONTRACOLONIAL A PARTIR DA PSICOLOGIA: LIMITES E POSSIBILIDADES

DOI: 10.5281/zenodo.16247663

1. Giovani Florencio
2. Mariana de Castro Moreira

1. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil;
2. Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Palavras-Chave: Contracolonialidade; Psicologia; Psicossociologia; Cartografia.

Introdução: É cada vez mais frequente encontrarmos elaborações de perspectivas contracoloniais no campo das ciências sociais. A partir de Bispo dos Santos, tomamos a contracolonialidade enquanto o ato de enfraquecer o colonial a fim de fortalecer, potencializar o que é territorializado a partir do espaço comum. Trata-se de um processo que envolve "enfeitiçar" a língua, e, portanto, também a ação. Na Psicologia, enquanto ciência e profissão, a discussão de sua herança colonial tem deixado entrever certos limites antes não explorados. A exemplo, no Brasil do século XIX, o campo Psi foi determinante, junto a políticas médicas, no processo de subalternização de corpos negros — preevendo o embraquecimento como saída possivel na almejada "melhora" da população. Em um movimento de olhar para trás para poder seguir adiante, o reconhecimento das marcas que constituem o campo faz com que possamos seguir para caminhos outros. Ao invés de classificar e limitar podemos caminhar por éticas de cuidado, acolhimento e colaboração, mas primeiro é preciso (re)conhecer. Essas perspectivas são necessariamente atravessadas pela discussão da colonialidade e também da interseccionalidade, quando pautamos gênero, raça, classe. Nessas novas perspectivas, a ideia de sujeito universal e os paradigmas representacionais têm disputado espaço com as multiplicidades e as pistas processuais que constituem mundos. **Objetivo:** Esta pesquisa dobra-se sobre as possibilidades emancipatórias da corrente de pensamento contracolonial no campo da Psicologia, colocando em pauta seus caminhos. Uma vez reconhecida a herança colonial-colonizante do campo psi, lançamos mão de dispositivos como a antropofagia e a perspectiva de Enugbarijó para investigar as possibilidades criativas da contracolonialidade ainda que sobre um campo colonial. Também, buscamos encontrar e seguir rastros que já existem, a partir de vertentes críticas, observando principalmente seu potencial de adequação ao território, caminhando pela Psicossociologia, a Psicologia Social Crítica e as possibilidades metodológicas da cartografia. **Metodologia:** O presente trabalho apresenta uma etapa parcial do projeto de pesquisa de mestrado em andamento, focando-se, neste momento, em levantamento bibliográfico como principal ferramenta nesta fase inicial. **Discussão**: Ao longo do percurso de pesquisa, temos entendido que, mesmo dentro de um campo atravessado pelo colonial, é possível gestar movimentos contracoloniais ao reconhecer e potencializar saberes situados, experiências encarnadas e éticas relacionais que dizem de outras formas de habitar o campo/mundo. Isto é, costurando práticas não individualizantes que reconhecem a diferença e o território enquanto potência. A contracolonilidade parece figurar enquanto um exercício

ético-político de constante presença. **Considerações finais:** Este trabalho se propõe, portanto, a abrir espaço para a escuta de práticas já existentes e a criação de outras possibilidades de existência no/do campo Psi, mais especificamente, mas também almejando ampliar o debate às ciências sociais, em diálogo com epistemologias do sul. Mais do que buscar respostas, a pesquisa visa tensionar certezas, expandir escutas e contribuir para a reinvenções dentro dos campos das ciências.

Financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

CNESPA
2025

Editora
REALCONHECER

ISBN 978-658366803-5